

2 0 0 1

# RELATÓRIO DE GESTÃO



FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE (FNE)

1. APRESENTAÇÃO.....	1
2. FINALIDADES ESSENCIAIS DO FNE .....	2
3. O PROCESSO OPERACIONAL DO FNE.....	3
<b>3.1. Etapas de Preparação da Programação Anual do FNE .....</b>	<b>3</b>
<b>3.2. Política de Aplicação.....</b>	<b>3</b>
<b>3.3. Acompanhamento Operacional e da Programação Anual.....</b>	<b>5</b>
<b>3.4. Processo de Cobrança.....</b>	<b>8</b>
<b>3.5. Alterações Regimentais/Legais nas Normas do FNE.....</b>	<b>9</b>

<b>3.6. Instrumentos de Suporte</b> .....	11
3.6.1. Estudos e Pesquisas.....	11
3.6.2. Perfil Econômico do Município.....	12
3.6.3. Agentes de Desenvolvimento.....	13
3.6.4. Agências Itinerantes.....	13
3.6.5. Farol do Desenvolvimento Banco do Nordeste.....	13
3.6.6. Cliente Consulta.....	14
3.6.7. Fórum de Clientes.....	14
3.6.8. Capacitação Técnico-Gerencial.....	14
3.6.9. Programa Parcerias Empreendedoras.....	15
<b>4. RESULTADOS E IMPACTOS DA AÇÃO DO FNE</b> .....	16
<b>4.1. Contexto Macroeconômico em 2001</b> .....	16
<b>4.2. A Demanda por Investimentos em 2001</b> .....	16
<b>4.3. Programado x Realizado</b> .....	18
<b>4.4. Resultados Globais</b> .....	20
4.4.1. Contratações por Estado.....	21
4.4.2. Contratações no Semi-Árido e Fora do Semi-Árido.....	24
4.4.3. Contratações por Porte de Beneficiário.....	25
4.4.4. Contratações por Prioridade Econômica.....	27
4.4.5. Impacto das Aplicações.....	28
<b>4.5. Impactos Setoriais da Gestão do FNE</b> .....	29
4.5.1. Setor Rural.....	29
4.5.2. Setor Industrial e Agroindustrial.....	35
4.5.3. Setor de Comércio e Serviços.....	37
4.5.4. Pólos de Desenvolvimento Integrado.....	38
4.5.5. Projeto Moxotó Pajeú.....	40
4.5.6. A Gestão Ambiental no FNE.....	41
<b>4.6. A Gestão do Banco do Nordeste para Avaliar os Impactos do FNE</b> .....	43
<b>4.7. Inadimplemento das Operações</b> .....	46
<b>4.8. Ingresso de Recursos x Patrimônio Líquido</b> .....	49
<b>5. CONCLUSÃO</b> .....	52

O presente relatório consolida informações relativas às atividades desenvolvidas pelo Banco do Nordeste na gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE, durante o exercício de 2001, em atendimento às determinações contidas na Instrução Normativa SFC/MF nº 02, de 20.12.2000, que disciplina a apresentação de informações para fins de prestação de contas junto aos órgãos de controle do poder público.

O FNE distingue-se do Banco do Nordeste enquanto entidade legal, mas integra-se ao Banco como uma das fontes de recursos do seu conjunto de operações de crédito, sem distinção quanto ao uso dos recursos operacionais e humanos do Banco. Dado o seu caráter de estabilidade

e não-contingenciamento, o FNE tem se revestido de importância estratégica para o Banco do Nordeste, não só por balizar a sua ação programática, mas também por permitir a alavancagem de outras fontes de recursos.

As contratações do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, em 2001, afetadas que foram pelos aspectos conjunturais desfavoráveis, aliados às adversidades climáticas, alcançaram o montante de R\$ 302,5 milhões, contemplando mais de 62 mil beneficiários. Essas aplicações propiciarão, ao longo do período de implantação dos investimentos, a geração de 88,5 mil oportunidades de trabalho (diretas e indiretas). O valor agregado, o qual representa a renda efetivamente gerada pelos financiamentos, deverá alcançar R\$ 346,9 milhões.

Neste relatório, apresentam-se não só os resultados esperados pela aplicação dos recursos do FNE em 2001, mas, e especialmente, o conjunto de ações encetadas pelo Banco do Nordeste que antecedem e sucedem o processo de concessão dos créditos, com vistas a aumentar as possibilidades de êxito dos empreendimentos e, em consequência, a efetividade do Fundo na promoção do desenvolvimento regional.

Criado em 1988, pela Constituição da República Federativa do Brasil, em seu artigo 159, inciso I, alínea "c" e artigo 34 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e legalmente regulamentado em 1989, pela Lei nº 7.827, de 27.09.1989, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE objetiva "contribuir para o desenvolvimento econômico e social do Nordeste, através da execução de programas de financiamento aos setores produtivos, em consonância com o plano regional de desenvolvimento".

Seus recursos destinam-se ao financiamento dos investimentos – ou seja, são aplicados preferencialmente no longo prazo - sendo utilizados para capital de giro ou custeio quando estes complementam o aumento da capacidade produtiva regional. A Lei nº 7.827 definiu como produtivos os setores agropecuário, de mineração, indústria e agroindústria regionais. Posteriormente, a legislação veio a contemplar também o turismo e, mais recentemente (Lei nº 10.177, de 12.01.2001, que convalidou a Medida Provisória 2.035 e suas antecessoras), o setor de serviços. Podem ser beneficiários do FNE os produtores, as empresas e as associações e cooperativas de produção.

O objetivo do Fundo deve ser atingido respeitando-se as diretrizes legais de destinação de pelo menos metade dos recursos para o Semi-árido; ação integrada com as instituições federais sediadas na Região; tratamento preferencial aos mini e pequenos empreendedores; preservação do meio ambiente; conjugação do crédito com a assistência técnica; democratização do acesso ao crédito e apoio às atividades inovadoras.

Essas diretrizes representam grandes desafios à gestão do Fundo, uma vez que as leis de mercado têm sido incapazes de proporcionar as transformações desejáveis a um processo de desenvolvimento sustentável na Região. Por esse motivo, a qualidade da intervenção de política pública através do financiamento às atividades produtivas deve ser avaliada pelas modificações estruturais na economia, observando aspectos como: a sustentabilidade dos empregos gerados em ambientes de alta competitividade; o desenvolvimento do capital social na Região, o qual fortalece as micro e pequena empresas; e a preparação para o ingresso no comércio internacional, com ênfase na melhoria da qualidade dos produtos e na cultura empreendedora.

Todas essas transformações estão sendo operadas por um esforço contínuo de ações desenvolvidas pela função pública e, portanto, devem ser consideradas na análise de efetividade dessas ações. Cabe ressaltar que, na medida em que uma nova postura empresarial é incorporada, voltada principalmente para a eficiência e competitividade, é possível que ocorram mudanças no formato das funções produtivas, em que a geração de renda ocorra com menor proporção de geração de empregos, ou com efeitos de encadeamentos menores. Isso levaria, sim, a um menor efeito-multiplicador dos investimentos na Região, o que não significa perda de eficiência, mas, ao contrário, busca de adequação a um ambiente de concorrência global.

Os recursos do FNE representam ingressos adicionais para o Nordeste, não se destinando a substituir outros fluxos financeiros do Governo Federal, de órgãos repassadores ou do próprio Banco. Também não se sujeitam, por definição legal, a injunções de políticas conjunturais de contingenciamento de crédito, tendo em vista a conveniência e a necessidade de se assegurar a continuidade das inversões de desenvolvimento regional.

### **3.1. Etapas de Preparação da Programação Anual do FNE**

A Proposta de Programação do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE é elaborada pelo Banco do Nordeste, contendo as bases e estratégias de ação e de aplicação dos recursos do Fundo para o exercício seguinte, para apreciação e aprovação pelo Ministério da Integração Nacional.

Por se tratar de um instrumento relevante para a continuidade da política governamental de apoio ao desenvolvimento sustentável do Nordeste, na busca da redução das desigualdades regionais do País, na Programação do FNE são consideradas as grandes mudanças no cenário mundial, principalmente no que concerne ao papel do Estado e aos requisitos de competitividade e responsabilidade social.

A Proposta de Programação anual apropria-se das experiências, contribuições e aprendizado obtidos nos últimos anos.

A competitividade é um dos fatores determinantes para o sucesso dos empreendimentos a serem apoiados.

A conjuntura macroeconômica nacional e internacional, fatores naturais, perspectivas setoriais e mercadológicas são alguns dos atributos necessários e considerados na formatação da Programação Anual.

Como instrumento do Governo Federal para o desenvolvimento da Região, o FNE deve considerar as prioridades e estratégias das demais instâncias de governo. Por isso, anualmente, o Banco do Nordeste solicita sugestões dos Estados com o objetivo de aperfeiçoar a programação do FNE. Essas contribuições são centralizadas e encaminhadas através das Secretarias de Planejamento dos Estados, e têm-se revelado úteis para o aprimoramento da Programação, na medida em que incorporam especificidades na maioria das vezes só reveladas a partir de uma análise feita sob a ótica estadual.

Adicionalmente, o FNE beneficia-se dos instrumentos potencializadores da ação creditícia do Banco, dentre os quais destacam-se o Farol de Desenvolvimento, o Agente de Desenvolvimento, as Agências Itinerantes, o Fórum de Clientes, os Estudos e Pesquisas e o Perfil Econômico. Tais instrumentos assumem importante papel na definição de estratégias e políticas de desenvolvimento sustentável e consolidam um trabalho de articulação e mobilização das comunidades para a discussão e encaminhamento de soluções para as questões relativas ao desenvolvimento do município e estruturação/adensamento de cadeias produtivas, conferindo sustentabilidade aos empreendimentos financiados.

### **3.2. Política de Aplicação**

O FNE é o principal instrumento de que dispõe a Região para alavancar seu desenvolvimento. Mais do que uma simples linha de crédito, o Fundo Constitucional funciona

como contrapartida na captação de novas fontes, o que tem permitido ao Banco do Nordeste o aumento significativo de seus investimentos na Região.

A distribuição espacial das aplicações do FNE reflete o comportamento da demanda de cada Estado, que, por sua vez, é influenciado por variáveis como área territorial e número de agentes produtivos, respeitando, todavia, o limite mínimo recomendado para a alocação de recursos por Estado.

Nesse aspecto, é importante salientar o caráter diferenciador das estratégias adotadas que se baseiam na visão sistêmica integrada às políticas federal, estaduais e municipais. Busca-se aumentar a articulação das cadeias produtivas e acelerar a incorporação de novas tecnologias, com igual destaque para o estímulo ao associativismo, o direcionamento para as atividades de maior poder multiplicador e o aumento da competitividade dos empreendimentos.

Os instrumentos potencializadores anteriormente mencionados contribuem para ampliar a aplicação dos recursos do FNE junto aos mini e pequenos produtores e induzir a instalação de empreendimentos no Semi-Árido, em atendimento aos preceitos legais e em resposta aos legítimos anseios da sociedade.

Paralelamente, as estratégias setoriais mantêm a orientação básica da seletividade, mediante a indicação de áreas, setores ou atividades estratégicas, capazes de dar maiores e melhores respostas aos estímulos recebidos, como forma de maximizar os benefícios econômicos e sociais resultantes dos empreendimentos apoiados.

Além disso, incluem-se dispositivos específicos para os setores rural, industrial, agroindustrial e de turismo, os quais estimulam a competitividade e sustentabilidade dos empreendimentos, com vistas a uma maior integração à economia nacional e mundial.

O FNE é um dos principais instrumentos financeiros de médio e longo prazos do Nordeste, de caráter permanente, despertando na classe empresarial a confiança para investir, pela continuidade da existência dessa fonte de financiamento, pelo volume anual de recursos oriundos do Tesouro Nacional e pelo retorno das operações realizadas.

Sendo assim, considerando as exigências legais quanto à destinação dos recursos do FNE, bem como as estratégias acima descritas, o Ministério da Integração Nacional estabeleceu a distribuição dos recursos do Fundo para o exercício de 2001, por meio da Resolução nº 11.272 de 07.12.2000, e re-ratificada através do Ofício nº 219 MI, de 16.05.2001, considerando os ajustes referentes a inserção dos Setores Comercial e de Serviços, conforme demonstrado na Tabela 1 a seguir:

**TABELA 1**  
**FNE – 2001 – DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS POR ATIVIDADES**

Setor/ Programa	Programação para 2001 (%)
<b>Rural e Agroindustrial</b>	<b>35</b>
<b>Industrial e Turismo</b>	<b>20</b>
<b>Comércio e Serviços</b>	<b>10</b>
<b>Programas Especiais:</b>	<b>35</b>
. PRONAF – Grupo A	10
. PROGER, PRONAF – (Grupos C e D), e outros	25
<b>TOTAL</b>	<b>100</b>

Fonte: Banco do Nordeste

### **3.3. Acompanhamento Operacional e da Programação Anual**

O Banco do Nordeste, consciente de que para garantir o bom desempenho dos empreendimentos de seus clientes faz-se necessário um eficaz gerenciamento/acompanhamento das operações, considera como etapa fundamental do Processo de Concessão de Crédito a atividade “Gerenciar, Vistoriar, Acompanhar Operação”.

Ademais, com o aumento expressivo do volume de operações contratadas nos últimos anos, tornou-se imperativo o desenho de um modelo de gerenciamento, de forma a potencializar os resultados da atividade para garantir o sucesso do empreendimento, os benefícios sociais para a Região e o pontual retorno dos recursos alocados no projeto.

Para tanto o Banco mantém um modelo de Gestão do Ativo Operacional que objetiva assegurar a sustentabilidade e a competitividade dos empreendimentos financiados, com vistas a garantir o retorno dos capitais emprestados, mediante a realização de vistorias e fiscalizações, dentre outras atividades.

Em 2001 foram realizadas atividades de acompanhamento, envolvendo vistorias, fiscalizações e diagnósticos que contemplaram 39.942 operações, correspondente a um montante aplicado de R\$ 1,4 bilhão, conforme dados apresentados na Tabela 2 abaixo:

**TABELA 2**  
**FNE – 2001 – ATIVIDADES DE ACOMPANHAMENTO POR PORTE DE**  
**BENEFICIÁRIOS**

Porte	nº Operações	%	Valor	%
Grande	616	1,5%	644.171.783	45,8%
Médio	1.514	3,8%	181.041.267	12,9%
Micro	1.226	3,1%	20.713.248	1,5%
Mini	24.137	60,4%	246.051.883	17,5%
Pequeno	12.450	31,2%	315.126.582	22,4%
<b>Total Global</b>	<b>39.942</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.407.104.763</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Banco do Nordeste

### 3.4. Processo de Cobrança

A política empreendida pelo Banco do Nordeste no âmbito da administração de crédito tem a finalidade precípua de buscar a manutenção do empreendimento em funcionamento e conseqüentemente o retorno dos créditos aplicados. Aliada a essa política, faz-se necessário à utilização de práticas destinadas à regularização de dívidas no sentido de detectar alguma disfunção no curso das operações, e por conseguinte de fazer retornar à normalidade as operações eventualmente inadimplidas, com vistas a abreviar o recebimento dos valores devidos e não pagos pelos clientes nas datas e condições aprazadas. Possibilitando ainda, restaurar as condições de suficiência, adequação e liquidez das garantias recebidas, compatibilizando-as com os riscos assumidos pelo Banco do Nordeste.

Uma de tais práticas é a cobrança tempestiva, que pode evitar o inadimplemento de uma operação. Nesse sentido, o Banco do Nordeste procura antecipar-se aos acontecimentos e identificar formas de recomposição da capacidade de pagamento dos mutuários, o que contribui para uma tomada de decisão menos traumática no tocante à solução final dos impasses que vierem a ocorrer.

Para isso o Banco do Nordeste, através das suas Unidades Operadoras, adota as seguintes estratégias de acompanhamento das operações:

- a. a. **Definição de periodicidade de visitas aos empreendimentos financiados, buscando cada vez maior aproximação com o cliente:** visitas periódicas permitem ao gestor conhecer mais intimamente o empreendimento financiado, o seu desempenho no mercado, o faturamento, as despesas, os níveis de rentabilidade etc., o que, por certo, não só permitirá a adoção tempestiva de medidas preventivas do inadimplemento, como também ajudará na análise de pleitos de renegociação de dívidas, eventualmente apresentados;

b. b. **manutenção de articulações no mercado:** a troca permanente de experiências e informações relacionadas com o ambiente externo ao Banco facilita a tomada de decisões pelo gestor, que, assim, estará vivenciando o mesmo dia-a-dia e o mesmo ambiente do seu cliente, podendo melhor entender os problemas com que este esteja se defrontando e, por conseguinte, tendo condições de conceber as soluções mais adequadas às dificuldades enfrentadas.

No tocante à cobrança propriamente dita, emitem-se avisos de cobrança, gerados por sistema informatizado, de vencimento ao cliente, e também aos coobrigados fiadores ou avalistas, 15 e 5 dias antes do vencimento da parcela ou operação, estimando o valor que será devido na data acordada. Não cumprida a obrigação, encaminha-se carta ao inadimplente, fixando o prazo máximo de 10 dias para liquidação da parcela.

Findo o prazo para liquidação, sem que o compromisso tenha sido honrado, e sem quaisquer perspectivas de regularização da dívida, é encaminhada então, uma notificação ao devedor, por intermédio de escritório de advocacia contratado ou de advogado do Banco, ou, na ausência destes, por intermédio de cartório, fixando o prazo para regularização do débito.

Nos casos em que se vislumbra alternativas de renegociação através de um processo amigável, o Banco do Nordeste utiliza-se de instrumentos convencionais de renegociação de dívidas em que busca a regularização dos créditos inadimplidos, independentemente de terem sido adotadas ou não medidas judiciais pertinentes.

Portanto, a renegociação de dívidas é um dos instrumentos utilizados pelo Banco do Nordeste para evitar que um mutuário venha a se tornar inadimplente, instrumento esse do qual as Unidades Operadoras se utilizam, em articulação com a sua Superintendência Regional, para se antecipar a situações de iminente inadimplimento, geradas pela conjuntura enfrentada pelo cliente, ou decorrentes de indicação exarada em diagnósticos, laudos ou relatórios de vistoria ou de visita gerencial.

Ainda nesse sentido, o Banco criou o Grupo de Gestão do Ativo que trabalha a parcela do ativo relacionada a créditos problemáticos, créditos em liquidação e prejuízos, em blocos com características semelhantes, para os quais são sugeridas soluções diferenciadas, levando em conta o exame específico de cada caso, a partir de premissas relacionadas à viabilidade dos empreendimentos, garantias, condições de funcionamento, estruturação da cadeia produtiva, situação dos demais credores, além de aspectos impactantes para a competitividade da empresa.

Somente quando são esgotadas todas as possibilidades de solução por vias amigáveis, é que o Banco cobra judicialmente a dívida do mutuário.

Ainda no que respeita ao processo de cobrança, é importante ressaltar que no ano de 2001, a partir da promulgação da Lei nº 10.177, de 12.01.01, no âmbito operacional, modificando os encargos financeiros das operações ao abrigo do FNE e concedendo aos mutuários a faculdade de renegociar suas operações, inclusive na forma da Resolução Nº 2471 do Banco Central, o

Banco do Nordeste e os agentes produtivos foram obrigados a consumir boa parte dos seus esforços nessa renegociação.

Com efeito, e com vistas à implementação do benefício legal estabelecido e das medidas provisórias que lhe deram origem foram adotados todos os procedimentos operacionais necessários com vistas ao fiel cumprimento à determinação legal de renegociar os débitos, considerando que faria jus o mutuário que manifestasse sua opção nesse sentido e cuja capacidade de pagamento justificasse a repactuação do negócio, contanto que não houvesse praticado desvio de crédito.

Nesse sentido, é importante ressaltar que todas as operações passíveis de enquadramento no âmbito da Lei nº 10.177, de 12.01.2001, e enquanto em vigor estivesse citada Lei, as mesmas não poderiam ser consideradas inadimplentes, e por conseguinte, o Banco do Nordeste não poderia utilizar medidas coercitivas para o processo de cobrança dos referidos créditos.

E como resultado dos esforços empreendidos com vistas a renegociar as operações amparadas na citada lei, foram reestruturadas em 2001, 90.517 operações, cujo saldo devedor monta em R\$ 2.319 milhões. Destaca-se que a preponderância das renegociações foram realizadas com micro/mini e pequeno empreendedores, as quais totalizaram um percentual de 98,2 % (Tabela 3).

**TABELA 3**  
**FNE – 2001 – RENEGOCIAÇÕES POR PORTE DE BENEFICIÁRIOS**

Porte	nº Operações	%	Valor	%
Grande	360	0,4%	636.362.463	27,4%
Médio	1.279	1,4%	259.310.673	11,2%
Micro	1.625	1,8%	21.219.783	0,9%
Mini	68.947	76,2%	818.048.359	35,3%
Pequeno	18.306	20,2%	584.982.538	25,2%
<b>Total Global</b>	<b>90.517</b>	<b>100,0%</b>	<b>2.319.923.817</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Banco do Nordeste

**TABELA 3-A****FNE – 2001 – RENEGOCIAÇÕES NO SEMI-ÁRIDO E EM OUTRAS ÁREAS**

Áreas	nº Operações	%	Valor	%
Outras Áreas	39.721	43,9%	1.077.413.224	46,4%
Semi-árido	50.796	56,1%	1.242.510.592	53,6%
<b>Total Global</b>	<b>90.517</b>	<b>100,0%</b>	<b>2.319.923.817</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Banco do Nordeste

**TABELA 3-B****FNE – 2001 – RENEGOCIAÇÕES POR SETOR**

Setor	nº Operações	%	Valor	%
INDUSTRIAL	2.086	2,3	499.770.169	21,5
RURAL	88.431	97,7	1.820.153.647	78,5
<b>Total Global</b>	<b>90.517</b>	<b>100,0</b>	<b>2.319.923.816</b>	<b>100</b>

Fonte: Banco do Nordeste

**3.5. Alterações Regimentais/Legais nas Normas do FNE**

No exercício de 2001, as leis e regulamentos que foram fonte de alteração nas normas internas do FNE, aplicáveis às operações de crédito, foram os seguintes:

- 1) 1) Lei nº 10.177 de 12.01.2001, Decreto nº 3.728 de 12.01.2001 e Portaria nº 465 de 19.12.2001 do Ministério da Integração Nacional:
  - a. a. alterou os encargos financeiros praticados nas operações de crédito do FNE, estipulando-os por porte e por ramo de atividade do mutuário;
  - b. b. fixou o bônus de adimplência em 25% no semi-árido e em 15% fora do semi-árido, extinguindo o bônus adicional;
  - c. c. estipulou que os encargos financeiros nas operações realizadas no âmbito do PRONAF seguirão os encargos financeiros estabelecidos pela regulamentação do citado programa, o que foi confirmado pela portaria supra-referida;
  - d. d. estendeu até 31.12.1998 a data máxima de contratação da operação, para fins de enquadramento para renegociação;
  - e. e. elevou para até 10 anos o prazo adicional para fins de renegociação;
  - f. f. estabeleceu o prazo de 16.03.2001 para os mutuários pedirem a renegociação e o prazo de 14.07.2001 para a formalização das renegociações;

g. g. manteve a alternativa de renegociação pela Resolução CMN nº 2.471 para as operações de crédito rural, desde que enquadradas nos termos da dita resolução;

h. h. permitiu a concessão de financiamentos aos setores comercial e de prestação de serviços, até o limite de 10% dos recursos anuais;

i. i. em razão de veto, foi extinta a possibilidade de aplicação de recursos do FNE com base na variação cambial e juros com base na LIBOR para empreendimentos exportadores.

2) 2) Lei nº 10.186 de 12.02.2001

a. a. manteve a obrigatoriedade da aplicação de 10% dos recursos anuais do FNE com mutuários beneficiários de projetos de reforma agrária;

b. b. estabeleceu o encargo financeiro máximo e manteve os rebates de até 50% nos valores devidos por tais mutuários, observada a regulamentação baixada pelo Conselho Monetário Nacional;

c. c. atribuiu ao Fundo o risco de crédito das operações contratadas com tais mutuários.

3) 3) Medidas Provisórias nº 2.128-6 de 26.01.2001, nº 2.128-7 de 23.02.2001, nº 2.128-8 de 27.03.2001, nº 2.128-9 de 26.04.2001, nº 2.128-10 de, nº 2.128-11 de 22.06.2001, nº 2.199-12 de 28.06.2001, nº 2.199-13 de 27.07.2001 e nº 2.199-14 de 24.08.2001 :

a. a. Estas medidas prorrogaram para 30.09.2001 o prazo para os mutuários pleitearem a renegociação das suas dívidas e para 28.12.2001 o prazo para a formalização das renegociações.

4) 4) Resolução nº 2.880 de 08.08.2001 do Conselho Monetário Nacional

a. a. Alterou para 3% a.a. os encargos financeiros das operações PRONAF, contratadas entre 02.01.1998 e 30.06.2000, com encargos com base na TJLP e 6% a.a.

5) 5) Medidas Provisórias nº 9 de 31.10.2001 e nº 15 de 21.12.2001 e Resolução nº 2.919 de 26.12.2001 do Conselho Monetário Nacional:

a. a. amplia, mediante aditivo, de 2 para 5 pontos percentuais a redução de taxa no caso de pagamento em dia dos juros das operações já renegociadas com base na Resolução CMN nº 2.471;

b. b. limita em 9,5% a.a. a correção monetária, nas renegociações sob a Resolução CMN nº 2.471, exclusivamente para fins de atualização do principal para servir de base de cálculo do valor dos juros para pagamento em dia;

Além disso, tais normativos dispõem sobre as operações ditas “securitizadas”, permitindo sua repactuação e estabelecendo novas condições, os quais, porém, ainda não geraram alterações nos normativos internos do Banco, em virtude de ainda não ter sido finalizado o processo de transferência de tais operações para o Tesouro Nacional no âmbito do programa de reestruturação das instituições financeiras públicas federais.

### **3.6. Instrumentos de Suporte**

A presença em todos os municípios da Região é a essência da política de atuação do Banco do Nordeste, que incorpora o Desenvolvimento Local como eixo de sua estratégia operacional. Desse modo, busca o desenvolvimento regional sustentável a partir do incentivo às potencialidades de cada município, utilizando instrumentos de ação diferenciada que contribuem para a estruturação da base produtiva local e estimulam sua inserção econômica em mercados mais amplos e competitivos. Esses instrumentos são descritos a seguir:

#### **3.6.1. Estudos e Pesquisas**

As ações do Banco ganham maior eficácia com a realização de estudos e pesquisas que permitem o conhecimento das variáveis macroeconômicas da Região Nordeste e da economia dos Estados e municípios. Esse conhecimento orienta o Banco, dentre outras atividades, na organização das cadeias produtivas, definição dos perfis de economias locais, direcionamento dos investimentos, capacitação de empreendedores e criação de programas. Esses estudos e pesquisas são desenvolvidos, no Banco, pelo seu Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste - ETENE, em parceria com centros de pesquisas e universidades nacionais e internacionais.

O ETENE, em 2001, editou dez estudos abordando diversos setores da atividade econômica - agroindústria, tecnologia, produtos industriais, indústria de transformação e extrativa mineral, a saber:

- • Estudo da Competitividade do Sistema Agroindustrial da Cana-de-açúcar na Região do Cariri;
- • Desenvolvimento Científico e Tecnológico Regional: análise da atuação do Banco do Nordeste;
- • Sistema Agroindustrial do Leite no Nordeste;
- • Macroeconomia do Nordeste 1970 – 1998;
- • Fórum Banco do Nordeste de Desenvolvimento 2001 – Anais;
- • Seminário: Situação Atual e Perspectivas do Agronegócio do Coco – Anais;
- • A Indústria de Transformação e Extrativa Mineral na Região Nordeste: um retrato da década de 1990 a partir dos dados da Rais;

- • Identificação de Cadeia Produtivas e Oportunidades de Investimento no Nordeste do Brasil – 2000;
- • Consumo de Produtos Industriais na Cidade de Sobral e Região sob sua Influência Econômica;
- • O Nordeste e as Negociações Multilaterais de Comércio – do GATT à OMC.

Divulgou, no XXXIX Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, patrocinado pela SOBER - Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, realizado de 05 a 08.08.2001, em Recife-Pe, os seguintes artigos:

- • Avaliação Estratégica do Sistema Agroindustrial do Leite no Nordeste – uma visão de agronegócios;
- • A Produção dentro do Sistema Agroindustrial do Leite no Nordeste;
- • A Distribuição dentro do Sistema Agroindustrial do Leite no Nordeste

No IV Encontro dos Economistas da Língua Portuguesa, ocorrido em outubro de 2001 na cidade de Évora-Portugal, foram apresentados os artigos: “Especialização e Crescimento: para que se Especializar?” e “A Especialização do Brasil em Bens de Capital”. E na IV Jornada de Economia Política do Capitalismo Contemporâneo, dezembro de 2001, Salvador -Bahia. Evento realizado pela Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP), em paralelo ao XXIX Encontro Nacional de Economia da ANPEC, foi apresentado o artigo “O Papel do Setor de Bens de Capital para o Desenvolvimento”.

Publicou quatro exemplares normais da Revista Econômica do Nordeste - REN e um volume especial. O ETENE coordenou ainda, em 2001, a realização do Fórum Banco do Nordeste de Economia e VI Encontro Regional de Economia.

Esse conjunto de atividades, indubitavelmente, aumenta o conhecimento sobre a realidade econômica regional, propiciando mais efetividade à ação do Banco.

### **3.6.2. Perfil Econômico do Município**

O Perfil Econômico da Região é um trabalho técnico que foi desenvolvido para fortalecer a ação focada no mercado-alvo do Banco. É elaborado a partir da análise das potencialidades e seleção de atividades econômicas em cada um dos municípios, sob o ponto de vista estrutural da economia, priorizando a vocação natural, a infra-estrutura e o grau de desenvolvimento econômico e tecnológico. É uma orientação dinâmica, com um processo de atualização e validação local que propicia ao Banco maior retorno econômico e social da aplicação dos recursos.

O Perfil apresenta a priorização das atividades em três grupos: as atividades econômicas que “devem” ser induzidas constituem a prioridade 1 (P1); as que “podem” ser induzidas referem-

se à prioridade 2 (P2); e as atividades tradicionais, a serem atendidas durante período de transição de uma estrutura produtiva pouco agregadora de valor para outra que resulte em maior desenvolvimento, incluem-se na prioridade 3 (P3). Valendo-se do Farol do Desenvolvimento, essas prioridades são discutidas e reavaliadas pela comunidade, o que confere atualidade à priorização, sem prejuízo dos aspectos técnicos.

### **3.6.3. Agentes de Desenvolvimento**

Em contato direto e permanente com a comunidade, nos 1.983 municípios da área de atuação do Banco, o Agente de Desenvolvimento é o principal articulador das ações do Farol do Desenvolvimento e de outras iniciativas do Banco voltadas para a promoção do desenvolvimento local integrado e sustentável.

Os Agentes de Desenvolvimento são 488 profissionais qualificados, em média 1 para cada 4 municípios, que atuam articulados com as prefeituras, instituições públicas e lideranças locais, estabelecendo parcerias para o fortalecimento das atividades socioeconômicas locais. A ação desses profissionais foi potencializada com a criação, pelo Banco, de outros instrumentos, dentre eles a Agência Itinerante, o Farol do Desenvolvimento e os Pólos de Desenvolvimento Integrado.

### **3.6.4. Agências Itinerantes**

As Agências Itinerantes representam o atendimento móvel do Banco aos agentes produtivos, mediante deslocamento de equipes às localidades onde não há agências fixas, permitindo mais comodidade aos clientes e agilidade no atendimento, além de redução de custo para os tomadores de crédito. Nas Agências Itinerantes desenvolvem-se atividades para grupos de clientes, atendendo associações e cooperativas e pequenos produtores rurais nas localidades onde se encontram, numa solução inovadora e eficiente para acesso aos produtos e serviços do Banco do Nordeste. No ano 2001 foram realizados 59.305 eventos de Agências Itinerantes, com a ocorrência de 2.411.744 atendimentos aos agentes produtivos, representando uma média mensal de 4.942 presenças locais.

### **3.6.5. Farol do Desenvolvimento Banco do Nordeste**

O Farol do Desenvolvimento Banco do Nordeste, consolidado como um espaço empresarial de discussão e viabilização de soluções para o desenvolvimento local integrado e sustentável, atua em 1.978 dos 1.983 municípios da área de atuação do Banco do Nordeste.

Este instrumento reafirma a posição do Banco do Nordeste como articulador do processo de integração das ações dos diversos órgãos públicos e instituições, mediante a formação de parcerias para a ação convergente, contemplando as várias dimensões do desenvolvimento.

A dinâmica do processo envolve a participação ativa da comunidade, através de suas representações e lideranças, e cria um ambiente favorável à troca de conhecimento e ao debate das questões relativas ao desenvolvimento de suas localidades, tendo como resultados a definição da

visão de futuro e das ações prioritárias nos municípios, bem como a elaboração de agenda de compromissos para o conjunto de parceiros. Desde a instalação do Farol do Desenvolvimento, em Maio de 1999, já foram realizadas 26,4 mil reuniões em 1.978 municípios, envolvendo a presença de 605,8 mil lideranças, e agendados 71,9 mil compromissos, dos quais 94,9% já foram implementados.

No ano 2001 foram realizadas 10.136 reuniões, com a presença de 2.325 prefeitos, a presença total de 229.792 participantes, 39.105 compromissos gerados e 49.435 compromissos concluídos (inclusive compromissos gerados em anos anteriores).

### **3.6.6. Cliente Consulta**

O Cliente Consulta é um serviço gratuito de orientação ao cliente – linha direta entre o Banco do Nordeste e os agentes produtivos da Região. Oferece informações atualizadas sobre assuntos relacionados com a área de atuação do Banco, em seus diversos ramos de negócios (financiamentos, capacitação, captação de recursos e serviços). Com acesso gratuito pelo telefone (0800-78-30-30), fax, carta e Internet ([clienteconsulta@banconordeste.gov.br](mailto:clienteconsulta@banconordeste.gov.br)), o serviço permite a pesquisa pós-venda e constitui importante instrumento de comunicação que o Banco do Nordeste abre também para seus clientes potenciais. Lançado em junho de 1997, o Cliente Consulta já registra 309.589 atendimentos, sendo 95,6% para clientes potenciais e 98,2% para provimento de informações. No ano 2001 foram prestados 91.268 atendimentos, implicando numa média mensal de 7.606 atendimentos.

### **3.6.7. Fórum de Clientes**

No contexto da gestão participativa, foi criado o Fórum de Clientes em cada Estado da área de atuação do Banco. Composto por clientes que representam os diversos segmentos de porte e setores produtivos, é conduzido através de reuniões trimestrais de natureza consultiva, nas quais os participantes fornecem sugestões para melhorias de processos do Banco e para lançamento de novos programas, produtos e serviços, além de debaterem assuntos relacionados às atividades que desenvolvem. Até o ano 2001 foram realizadas 205 reuniões com 8,6 mil participações. No ano 2001 foram realizadas 40 reuniões com 2,6 mil participações.

### **3.6.8. Capacitação Técnico-Gerencial**

O Banco está consciente de que o crédito é condição necessária, mas não suficiente, para garantir o sucesso dos empreendimentos. Dessa forma, a capacitação deve ser entendida como uma estratégia de ação coordenada e focalizada que antecede e potencializa a utilização do crédito. Caracteriza-se por um fluxo contínuo de ações, respeitando as diversas fases do aprendizado humano, cabendo destacar o fato de se lidar com adultos, visando o resgate da realidade de cada participante e estimulando a troca de saberes dos sujeitos.

A ação capacitadora do Banco consiste em um processo educativo e formativo, abrangendo não apenas a transferência de conhecimento técnico, mas também a mudança de atitudes. Os programas apóiam-se em dois aspectos fundamentais: o técnico, mais ligado ao

conhecimento e a instrumentalização, e o comportamental, cujo enfoque maior reside nas habilidades e atitudes indispensáveis à compreensão e efetivação do saber técnico.

O Programa de Capacitação do Banco do Nordeste atua em três grandes vertentes: estruturação da demanda, capacitação específica para as áreas identificadas e capacitação de parceiros – lideranças municipais, técnicos de instituições e facilitadores de ações de capacitação.

Até 2000, o Banco do Nordeste realizou 25.668 eventos de capacitação, com 885,1 mil participantes. No ano 2001, o Banco proporcionou, 1.212,0 mil oportunidades de capacitação através de 25.820 eventos.

### **3.6.9. Programa Parcerias Empreendedoras**

A promoção do desenvolvimento econômico requer ambiência favorável que proporcione a otimização de recursos. Torna-se, portanto, fundamental a construção de parcerias duradouras, mutuamente enriquecedoras, focadas em resultados consensualmente definidos.

Essa foi uma das principais motivações para a criação do programa Parcerias Empreendedoras, cujo objetivo é mobilizar e potencializar parcerias, com a finalidade de proporcionar aos agentes produtivos condições favoráveis para o seu desenvolvimento, garantindo competitividade aos seus negócios e gerando emprego e renda em bases sustentáveis.

O Programa constitui nova etapa do processo de aperfeiçoamento das ações do Banco, que, a partir da compreensão da diversidade institucional existente no Nordeste, assume o desafio de sistematizar e consolidar uma rede de relacionamentos em que todos os atores envolvidos (públicos e privados) trabalhem de forma sinérgica, pautando-se na construção de uma agenda inovadora, com ações capazes de provocar a transformação do perfil socioeconômico do Nordeste.

O esforço do Banco para a criação desse Programa manifesta-se, dentre outros aspectos, pelo compromisso de mobilizar todos os protagonistas relacionados com o desenvolvimento regional, utilizando, para tanto, a força de sua presença em todos os municípios da Região.

Essa maior presença municipal do Banco é a essência da sua política de desenvolvimento, que incorpora o desenvolvimento local como eixo principal da estratégia de atuação, revelada nos instrumentos de ação diferenciada anteriormente apresentados. Em 2001 foram firmados 450 termos, totalizando 2.094 parcerias.

#### **4.1. Contexto Macroeconômico em 2001**

O ano de 2001 caracterizou-se pela presença de adversidades tanto no contexto internacional, tais como: a desaceleração da economia norte-americana, agravada pelos atentados de 11 de setembro, e a crise Argentina, quanto no contexto nacional, onde se destaca o agravamento da crise energética.

Desta maneira, as dificuldades minaram o cumprimento das metas de política econômica do governo brasileiro. As taxas básicas de juros encerraram o ano em 19,05 % e a inflação atingiu 7,67%, ambos valores acima do planejado pelo Banco Central.

A despeito desse contexto pouco favorável, a economia brasileira, a exemplo do já acontecido em 1999, revelou crescimento no ano de 2001, comparativamente a 2000. Consoante o IBGE, até o terceiro trimestre de 2001, o PIB registrou taxa acumulada de crescimento de 2,25 %, face o mesmo período de 2000. Cabe destacar, entretanto, que as expectativas eram de um crescimento da ordem de 4%.

No que concerne ao segmento industrial da economia brasileira, o crescimento deste no ano de 2001 foi de 1,5%, taxa também muito abaixo dos 6,6% observados em 2000.

Já o segmento comercial brasileiro, de acordo com a Pesquisa Mensal de Comércio do IBGE, teve um desempenho pouco auspicioso em 2001, com queda de 1,29%, relativamente a 2000. No acumulado do ano, 17 dos 27 Estados apresentaram resultados negativos no volume de vendas do comércio varejista.

#### **4.2. A Demanda por Investimentos em 2001**

Conquanto o país, na média, tenha apresentado os resultados anteriormente referidos, há que se ressaltar que o crescimento alcançado não se distribuiu uniformemente sobre todo o território nacional, podendo a demanda regional por recursos de longo prazo ter um comportamento distinto daquele esperado no âmbito nacional. É também necessário ter em mente que pequenas variações no produto – como as que vêm sendo obtidas pelo país e pelo Nordeste ultimamente – podem resultar de redução da capacidade ociosa e não da ampliação da capacidade produtiva. Sendo esse o caso, um pequeno crescimento do PIB não implica necessariamente aumento da demanda por financiamento.

Enquanto o PIB da indústria brasileira atingiu crescimento de 1,5% no ano de 2001, a produção industrial da região Nordeste decresceu 2,5%.

O Estado do Ceará apresentou a redução mais aguda (-7,3%), motivada, consoante informação do IBGE, pela *performance* negativa da indústria têxtil, especialmente na área de beneficiamento de algodão. Bahia e Pernambuco, que conjuntamente com o Ceará constituem o centro industrial da região, revelaram resultados modestos com crescimentos de 0,4 e 0,9%, respectivamente. Minas Gerais e Espírito Santo, que têm parte de suas áreas atendidas pelo Banco do Nordeste, também apresentaram desempenho negativo na indústria de -0,3% (a indústria dos

demais Estados não é pesquisada). Dos quinze ramos industriais investigados pelo IBGE, onze apresentaram queda em 2001 em relação a 2000.

Outra informação relevante é o impacto da crise Argentina sobre o comércio externo do Nordeste. As exportações regionais para a Argentina passaram de US\$ 69,8 milhões para US\$ 437,9 milhões de 1990 para 2000 – ou seja, cresceram 527%. Entretanto, caíram 21,1% de 2000 para 2001 (dados até novembro/2001), impactando negativamente a economia baiana, em especial, cujo valor exportado caiu de US\$ 276,9 milhões para US\$ 205,9 milhões.

É oportuno lembrar, ainda, que a crise energética abateu-se mais gravemente sobre a região Nordeste, cujos reservatórios se encontravam na situação mais crítica, o que se constituiu num forte limitador não só do desempenho das atividades industriais mas também do comércio e dos serviços.

No primeiro semestre de 2001 configurou-se um quadro de estiagem na região Nordeste, o que seguramente contribuiu para que as aplicações rurais de 2001 – segmento historicamente predominante no FNE, especialmente pela forte demanda dos agricultores familiares - fossem sensivelmente menores que em 2000. Para dar uma idéia da dimensão dos efeitos da estiagem sobre a economia regional, apresenta-se, no quadro abaixo, a variação percentual da produção de algumas culturas da Região, comparada ao ano 2000:

Cultura	Varição 2001/2000
Algodão herbáceo	-12,91%
Arroz	-23,83%
Cacau	-3,70%
Cebola	+0,22%
Feijão	-45,59%
Milho	-35,99%

Fonte: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola – 2001- IBGE

Percebe-se que quase todas as culturas tiveram desempenho muito inferior ao do ano de 2000, exceção feita à cebola. Cumpre ressaltar, ainda, que a pecuária bovina – responsável por 59,1%, em média, das aplicações rurais do FNE, e para a qual o Fundo prioriza o uso dos recursos para a estruturação das propriedades, fica sensivelmente tolhida no que respeita a novos investimentos na ocorrência de secas. Além disso, o quadro de estiagem impede o financiamento de custeio de sequeiro e de investimentos, notadamente para a formação de pastagens e implantação de culturas, haja vista o déficit hídrico.

No que respeita às atividades de comércio e serviços, as quais representam mais de 55% do PIB nordestino, o desempenho de quase todos os Estados da área de atuação do Banco foi negativo, conforme se vê no quadro abaixo, motivo por que explica-se uma menor demanda por investimento:

**Nordeste - Variação Acumulada em 2001 do  
Índice de Volume de Vendas, por Estado**

<b>ESTADO</b>	<b>VARIAÇÃO NO ANO</b>
MA	-4,25
PI	3,00
CE	-1,13
RN	0,04
PB	0,12
PE	-2,69
AL	-4,68
SE	-4,29
BA	-0,30
MG	-2,67
ES	-0,08

Fonte: IBGE

Todos esses fatos contribuíram para uma conjuntura de maior incerteza, reduzindo a demanda por financiamento de médio e longo prazo.

#### **4.3. Programado x Realizado**

A distribuição dos recursos prevista na programação anual do FNE, em termos de setores e programas, foi fortemente influenciada pelo apoio dado à consolidação do pólo automotivo regional - Projeto Amazon, no Estado da Bahia, porquanto se trata de um projeto estratégico e singular, de fundamental importância para o desenvolvimento da Região, pelos efeitos que terá sobre as economias dos demais Estados, motivo por que a alocação dos recursos, no ano apresentou-se distinta dos padrões observados nos períodos anteriores.

Os setores industrial e de turismo predominaram no período, perfazendo 47,2% dos recursos (R\$ 142.870 mil). Esse percentual supera os 20% programados para o ano de 2001, e atende as constantes orientações do Conselho Deliberativo sobre a conveniência de o FNE aumentar suas aplicações nas atividades secundárias (Tabela 3). E este percentual mantém-se superior mesmo desconsiderando o Projeto Amazon (Tabela 3-A).

O Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar – PRONAF – Grupo A (destinado aos assentamentos da reforma agrária) e ao qual devem ser destinados pelo menos 10% dos recursos do Fundo, atingiu 14,8% das aplicações. Isso revela a continuidade do apoio do Banco do Nordeste às prioridades políticas do governo, que tem na agricultura familiar um dos seus focos.

Nada obstante a definição da sua operacionalização apenas ter ocorrido no meio do primeiro semestre, os setores comercial e de serviços já despontam com uma considerável capacidade de absorção financeira, atingindo 1,7% dos recursos (R\$ 5.197 mil). Os setores

rural/agroindustrial, aos quais foram destinados R\$ 83.383 mil mantiveram-se abaixo do percentual programado (27,6%). Entretanto, desconsiderando o Projeto Amazon, constata-se que esses setores atingiram 37,5 %, ou seja, um pouco mais do percentual programado de 35 % (Tabela 3-A)

**TABELA 3**  
**FNE – 2001 - DISTRIBUIÇÃO PROGRAMADA E REALIZADA,**  
**POR SETOR E PROGRAMA**

Setor/ Programa	Programado 2001 (%)	Realizado Ano	
		Valor (R\$mil)	%
Rural e Agroindustrial	35	83.382,7	27,6
Industrial e Turismo	20	142.870,5	47,2
Comércio e Serviços	10	5.197,2	1,7
<b>Programas Especiais:</b>	<b>35</b>	<b>71.095,5</b>	<b>23,5</b>
. PRONAF – Grupo A	10	44.848,0	14,8
. PROGER, PRONAF – (Grupos C e D) e outros	25	26.247,5	8,7
<b>TOTAL</b>	<b>100</b>	<b>302.545,9</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Banco do Nordeste

**TABELA 3-A**  
**FNE – 2001 - DISTRIBUIÇÃO PROGRAMADA E REALIZADA,**  
**POR SETOR E PROGRAMA (\*)**

Setor/ Programa	Programado 2001 (%)	Realizado Ano	
		Valor (R\$mil)	%
Rural e Agroindustrial	35	83.382,7	37,5
Industrial e Turismo	20	62.870,5	28,3
Comércio e Serviços	10	5.197,2	2,3
<b>Programas Especiais:</b>	<b>35</b>	<b>71.095,5</b>	<b>31,9</b>
. PRONAF – Grupo A	10	44.848,0	20,1
. PROGER, PRONAF – (Grupos C e D) e outros	25	26.247,5	11,8
<b>TOTAL</b>	<b>100</b>	<b>222.545,9</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Banco do Nordeste

(\*) Exclusive as operações de apoio ao Projeto Amazon

#### 4.4. Resultados Globais

Em 2001, o FNE atingiu o valor acumulado de R\$ 7,8 bilhões de contratações, dos quais 59,0% beneficiaram mini e pequenos empreendedores e 50,7% foram aplicados no Semi-árido. Vale ressaltar que a participação dos mini e pequenos era de 37,4% nos primeiros anos de operação do FNE, o que evidencia o esforço para a observância da diretriz de democratização do crédito.

Conforme comentado no item 4.2, o ano de 2001 foi marcado por uma baixa demanda por investimentos, o que motivou o não atingimento das expectativas no tocante ao montante programado para a contratação de financiamentos. Nesse ano, foram contratadas operações que alcançaram o valor de R\$ 302,5 milhões. Deste montante, R\$ 147,0 milhões, ou seja, 48,6%, destinaram-se ao setor rural. O setor industrial, com R\$ 144,1 milhões, absorveu 47,6% do valor das contratações e a agroindústria, com R\$ 6,2 milhões, recebeu 2,1%. O setor comercial, que pela primeira vez foi diretamente apoiado pelo Fundo, correspondeu R\$ 5,2 milhões (1,7%) restantes (Tabela 4).

**TABELA 4**

#### **FNE – 2001 - DESEMPENHO OPERACIONAL E PROPOSTAS EM CARTEIRA**

Valores em R\$ mil correntes

Setores	Contratações (1)			Valor das Propostas em Carteira (2)
	nº Beneficiários	Valor	%	
RURAL	61.586	147.045,3	48,6	42.810,6
AGROINDUSTRIAL	115	6.214,0	2,1	200,0
INDUSTRIAL	294	144.089,4	47,6	9.138,9
COMÉRCIO E SERVIÇOS	61	5.197,2	1,7	875,9
<b>TOTAL</b>	<b>62.056</b>	<b>302.545,9</b>	<b>100,0</b>	<b>53.025,4</b>

Fonte: Banco do Nordeste

Notas: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações no período JAN/DEZ – 2001. Incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Valor do estoque das propostas em carteira em 31.12.2001.

No período sob análise, 62.056 produtores e empresas foram beneficiados, sendo cerca de 98,7% de mini/pequeno porte.

#### 4.4.1. Contratações por Estado

Em termos acumulados, todos os Estados para os quais se destinam os recursos do FNE, alcançaram, ao longo da sua história, o percentual mínimo de 4,5% de aplicação, como recomenda a Resolução nº 11.225, de 06.12.99, do Ministério da Integração Nacional, conforme se verifica na Tabela 5 (o Estado do Espírito Santo, por ter ingressado na programação do FNE somente a partir de 2001, ainda não atingiu aquele percentual).

**TABELA 5**

<b>FNE</b>		
<b>CONTRATAÇÕES ACUMULADAS</b>		
<b>POR ESTADO</b>		
<b>Valores em R\$ mil</b>		
<b>ESTADOS</b>	<b>CONTRATAÇÕES</b>	<b>%</b>
Alagoas	447.924,9	5,7
Bahia	1.974.836,1	25,2
Ceará	1.271.251,9	16,2
Maranhão	532.689,8	6,8
Minas Gerais	523.745,0	6,7
Paraíba	495.676,8	6,3
Pernambuco	1.018.817,0	13,0
Piauí	586.396,5	7,5
R.G. do Norte	538.545,2	6,9
Sergipe	402.723,5	5,1
Espírito Santo	44.936,9	0,6
<b>TOTAL</b>	<b>7.837.543,5</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Banco do Nordeste

Em 2001, o percentual mínimo de aplicação dos recursos foi atingido em quase todos os Estados, com exceção do Maranhão e do Piauí (Tabela 6), levando-se em conta não só os valores contratados mas também as propostas em carteira.

**TABELA 6**

<b>FNE – 2001</b>				
<b>DEMANDA DE RECURSOS POR ESTADO</b>				
Valores em R\$ mil				
<b>ESTADOS</b>	<b>CONTRATAÇÕES</b>	<b>PROPOSTAS EM CARTEIRA</b>	<b>DEMANDA TOTAL</b>	<b>%</b>
Alagoas	13.527,5	1.959,0	15.486,5	4,4
Bahia	129.028,2	7.726,1	136.754,3	38,5
Ceará	20.386,4	5.348,5	25.734,9	7,2
Maranhão	6.835,3	2.472,3	9.307,6	2,6
Minas Gerais	16.015,3	5.563,9	21.579,2	6,1
Paraíba	19.135,3	9.552,9	28.688,2	8,1
Pernambuco	23.564,9	3.511,8	27.076,7	7,6
Piauí	7.593,9	2.462,6	10.056,5	2,8
R.G. do Norte	26.924,6	5.545,2	32.469,8	9,1
Sergipe	20.558,2	4.819,7	25.377,9	7,1
Espírito Santo	18.976,3	4.063,6	23.039,9	6,5
<b>TOTAL</b>	<b>302.545,9</b>	<b>53.025,4</b>	<b>355.571,3</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Banco do Nordeste

Em termos setoriais, as contratações distribuíram-se nos Estados conforme apresentado na Tabela 7.

**TABELA 7**

FNE – 2001 - CONTRATAÇÕES POR ESTADO E POR SETORES (1)

Estados	Setor Rural	Setor Agroindustrial	Setor Industrial	Setor Comercial	Total Estado	Estado/Total (%)	nº de Benef.
Alagoas	9.073,9	474,5	3.960,1	19,0	13.527,5	4,5	3.105
Bahia	20.115,1	787,2	108.125,9	0,0	129.028,2	42,6	8.678
Ceará	12.552,0	0,0	7.503,4	331,0	20.386,4	6,7	4.668
Maranhão	5.945,8	24,1	720,1	145,3	6.835,3	2,3	2.768
Norte Minas	15.657,3	0,0	151,5	206,5	16.015,3	5,3	6.273
Paraíba	14.541,1	247,5	4.170,5	176,2	19.135,3	6,3	7.523
Pernambuco	15.757,1	3.574,3	309,9	3.923,6	23.564,9	7,8	7.958
Piauí	7.181,9	0,0	331,9	80,1	7.593,9	2,5	3.323
R. G. Norte	17.880,7	110,5	8.747,3	186,1	26.924,6	8,9	9.741
Sergipe	10.323,9	995,9	9.109,0	129,4	20.558,2	6,8	5.783
Espírito Santo	18.016,5	0,0	959,8	0,0	18.976,3	6,3	2.236
<b>Total</b>	<b>147.045,3</b>	<b>6.214,0</b>	<b>144.089,4</b>	<b>5.197,2</b>	<b>302.545,9</b>	<b>100,0</b>	<b>62.056</b>

Fonte: Banco do Nordeste

Nota: (1) Por "contratação" entende-se a realização de operações no período de JAN/DEZ-2001, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Essa demanda é, naturalmente, influenciada pelo porte da sua economia e pelo tamanho geográfico do Estado, dentre outras variáveis. Reflete, também, o trabalho do Banco no sentido de induzi-la, articulando-se permanentemente com os governos estaduais, organismos de desenvolvimento e associações de produtores.

Nesse sentido, algumas ações do Banco - como a estruturação das cadeias produtivas do mel e da ovinocaprinocultura – feito junto às Secretarias de Planejamento, Indústria e Agricultura dos Estados da Região e entidades empresariais de classe, bem como a parceria com os Estados na organização de produtores e no esforço de conjugação do crédito com assistência técnica – contribuem para diluir as aplicações entre os Estados, evitando que aqueles de economia de maior porte sejam os mais aquinhoados com o crédito, não só de forma absoluta mas também relativa.

Assim é que, comparando os valores das contratações com a população e a renda de cada Estado, o perfil da distribuição espacial dos recursos altera-se significativamente. Conforme se constata na Tabela 9, as posições dos diversos Estados nordestinos como beneficiários dos

recursos do FNE apresentam mudanças profundas em relação àquela relativa aos valores monetários absolutos (Tabela 8).

**TABELA 8**  
FNE – 2001 - CONTRATAÇÕES EM RELAÇÃO À POPULAÇÃO  
E AO PIB DOS ESTADOS (1)

Estados	FNE/População		FNE RUR/PIB Prim.		FNE IND/PIB Secund.	
	R\$/Hab.(2)	Ordem	%	Ordem	%	Ordem
Alagoas	4,80	7	0,57	7	0,13	4
Bahia	9,87	3	0,32	8	0,72	1
Ceará	2,75	9	0,89	4	0,09	6
Maranhão	1,21	11	0,32	9	0,02	7
N. Minas Gerais	7,27	5	-	-	-	-
Paraíba	5,57	6	1,91	3	0,12	5
Pernambuco	2,98	8	0,76	6	0,00	9
Piauí	2,67	10	0,78	5	0,02	8
Rio G. do Norte	9,72	4	7,33	1	0,17	3
Sergipe	11,56	2	2,29	2	0,29	2
Espírito Santo	25,57	1	-	-	-	-

Fontes: Banco do Nordeste – ETENE. Para o PIB primário e secundário, CONTAGEM, SUDENE/CPE/INE/Contas Regionais. Dados Preliminares para o ano de 1999. Para população, IBGE-2000

Nota: (1) Valor das “Contratações” realizadas em 2001, dividido pela população dos Estados para 2000. (2) Não há informações disponíveis acerca do PIB do Norte de Minas e Vale do Jequitinhonha e dos municípios do Espírito Santo contemplados com recursos do FNE.

#### 4.4.2. Contratações no Semi-árido e Fora do Semi-árido

A alocação dos recursos entre o semi-árido e fora do semi-árido, no ano de 2001, permaneceu dentro do recomendado pela Lei 7.827, posto que 50,7 % dos recursos, desde a criação do Fundo até o exercício de 2001 foram direcionados para o semi-árido (Tabela 9).

**TABELA 9**

FNE – CONTRATAÇÕES ACUMULADAS SEMI-ÁRIDO E OUTRAS ÁREAS (1)		
Valores em R\$ mil correntes		
Áreas	Valor (1)	%
Semi-árido	3.972.631,3	50,7
Outras Áreas	3.864.912,2	49,3
<b>Total</b>	<b>7.837.543,5</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Banco do Nordeste

Notas: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações no período 1989-2001, incluindo parcelas desembolsadas e desembolsar.

No ano de 2001, as aplicações no semi-árido alcançaram o montante de R\$ 98,2 milhões, correspondendo a 32,5% do total contratado. Nas demais áreas, foram financiados

empreendimentos que absorveram cerca de R\$ 204,4 milhões, equivalentes a 67,5% do total das contratações do ano (Tabela 10).

**TABELA 10**

FNE – 2001 - CONTRATAÇÕES NO SEMI-ÁRIDO E EM OUTRAS ÁREAS (1)

Áreas	No ano 2001 (R\$ mil correntes)				Acumulado até 2001 (R\$ Milhões)	
	Nº Beneficiários	%	Valor (1)	%	Valor	%
Semi-árido	41.345	66,6	98.182,7	32,5	3.972,6	50,7
Outras Áreas	20.711	33,4	204.363,2	67,5	3.864,9	49,3
<b>Total</b>	<b>62.056</b>	<b>100,0</b>	<b>302.545,9</b>	<b>100,0</b>	<b>7.837,5</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Banco do Nordeste

Notas: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações no período JAN/DEZ-2001. Incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

#### 4.4.3. Contratações por Porte de Beneficiário

Os pequenos e médios produtores, com as aplicações de 2001, permaneceram absorvendo a maior fração dos créditos concedidos, conforme a Tabela 11. Conjuntamente, receberam 68,2% do valor contratado, materializando-se dessa forma, a prioridade recomendada em Lei.

**TABELA 11**

FNE – CONTRATAÇÕES ACUMULADAS POR CATEGORIAS DE BENEFICIÁRIOS (1)		
Valores em R\$ mil correntes		
Áreas	Valor (1)	%
Mini/Pequeno	4.625.598,7	59,0
Médio	722.847,0	9,2
Grande	2.489.097,8	31,8
<b>Total</b>	<b>7.837.543,5</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Banco do Nordeste

Notas: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações no período JAN/DEZ 2001, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Em 2001, o Fundo Constitucional continuou prestando apoio à consolidação do pólo automotivo regional – Projeto Amazon, no Estado da Bahia. Trata-se de um projeto estratégico e singular, de fundamental importância para o desenvolvimento da Região, pelos efeitos que terá sobre as economias dos demais Estados.

Por razões já explicitadas anteriormente, em 2001, os beneficiários classificados como de mini/pequeno e médio porte alcançaram 50,4% da aplicação total de recursos do FNE (Tabela 11-A).

**TABELA 11-A**

**FNE – 2001 - CONTRATAÇÕES POR CATEGORIAS DE BENEFICIÁRIOS/SETORES (1)**

Valores em R\$ mil correntes

Categoria	Rural		Agroindustrial		Industrial		Comercial		Total	
	Valor	nº Benef.	Valor	nº Benef.	Valor	nº Benef.	Valor	nº Benef.	Valor	nº Benef.
Mini/Pequeno	125.638,7	60.930	319,8	35	4.804,0	231	1.029,5	56	131.792,0	61.252
(%)	85,4	98,9	5,1	30,4	3,3	78,6	19,8	91,8	43,6	98,7
Médio	10.562,0	514	513,3	12	6.860,2	27	2.529,0	3	20.464,5	556
(%)	7,2	0,8	8,3	10,4	4,8	9,2	48,7	4,9	6,8	0,9
Grande	10.844,8	142	5.380,9	68	132.425,1	36	1.638,6	2	150.289,4	248
(%)	7,4	0,2	86,6	59,1	91,9	12,2	31,5	3,3	49,7	0,4
<b>Total</b>	<b>147.045,5</b>	<b>61.586</b>	<b>6.214,0</b>	<b>115</b>	<b>144.089,3</b>	<b>294</b>	<b>5.197,1</b>	<b>61</b>	<b>302.545,9</b>	<b>62.056</b>
(%)	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Banco do Nordeste

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações no período JAN/DEZ-2001, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Excluído o Projeto Amazon, constata-se que 68,4 % dos recursos do FNE aplicados em 2001 foram contratados com 61,8 mil mini/pequenos e médios produtores e empresas. No setor rural, a predominância desse público é ainda mais expressiva, posto que para ele foram alocados 92,6% dos recursos, beneficiando 61,4 mil mini, pequenos e médios produtores (Tabela 11-B).

TABELA 11-B

## FNE – 2001 - CONTRATAÇÕES POR CATEGORIAS DE BENEFICIÁRIOS/SETORES (1)

Valores em R\$ mil correntes

Categoria	Rural		Agroindustrial		Industrial		Comercial		Total	
	Valor	n° Benef.	Valor	n° Benef.	Valor	n° Benef.	Valor	n° Benef.	Valor	n° Benef.
Mini/ Pequeno	125.638,7	60.930	319,8	35	4.804,0	231	1.029,5	56	131.792,0	61.252
(%)	85,4	98,9	5,1	30,4	7,5	78,9	19,8	91,8	59,2	98,7
Médio	10.562,0	514	513,3	12	6.860,2	27	2.529,0	3	20.464,5	556
(%)	7,2	0,8	8,3	10,4	10,7	9,2	48,7	4,9	9,2	0,9
Grande	10.844,8	142	5.380,9	68	52.425,1	35	1.638,6	2	70.289,4	247
(%)	7,4	0,2	86,6	59,1	81,8	11,9	31,5	3,3	31,6	0,4
<b>Total</b>	<b>147.045,5</b>	<b>61.586</b>	<b>6.214,0</b>	<b>115</b>	<b>64.089,3</b>	<b>293</b>	<b>5.197,1</b>	<b>61</b>	<b>222.545,9</b>	<b>62.055</b>
(%)	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Banco do Nordeste

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações no período JAN-DEZ/2001, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar, excluindo as operações de apoio a Projeto Amazon.

## 4.4.4. Contratações por Prioridade Econômica

O Banco aplicou 83,1% dos recursos contratados nas atividades enquadradas como prioridade 1 (P1), 14,0% em atividades P2 e apenas 2,8% em P3. durante o ano de 2001 (Tabela 12). Essa distribuição de recursos representa um avanço no grau de focalização alcançado em 2000, posto que se constata uma maior aplicação nas atividades de prioridade 1 (83,1% x 81,6%), em conformidade com a política delineada na programação do FNE, que busca enfatizar as atividades econômicas enquadradas em P1, as quais são aquelas que agregam mais valor à economia, sem perder de vista a competitividade dos projetos.

A definição dessas prioridades, feita em 1998, resultou de um amplo trabalho do Banco do Nordeste para definição do seu mercado-alvo de atuação, classificado em três grupos: as atividades econômicas que “devem” ser induzidas constituem a prioridade 1 (P1), as que “podem” ser induzidas referem-se à prioridade 2 (P2) e as atividades tradicionais, a serem atendidas durante um período de transição de uma estrutura produtiva pouco agregadora de valor para uma que resulte em maior desenvolvimento, incluem-se na prioridade 3 (P3)<sup>1[1]</sup>. Valendo-se do Farol do Desenvolvimento, essas prioridades são discutidas e reavaliadas pela comunidade, o que confere atualidade à priorização, sem prejuízo dos aspectos técnicos.

<sup>1[1]</sup> Para compor cada um desses grupos, levou-se em consideração o fator locacional, o nível de estruturação das atividades em cada município, a importância “a priori” de cada uma delas, do ponto de vista regional e estadual, compondo uma prioridade composta que consultasse os interesses regionais e locais. Nesse mister, o Banco do Nordeste contou com o apoio das Secretarias de Estado ligadas às várias atividades. Para cada município do Nordeste, estão definidas as atividades enquadradas em cada um dos níveis de prioridade, os quais servem para direcionar o planejamento negocial das agências.

**TABELA 12**  
**FNE – 2001- PRIORIDADES ECONÔMICAS**

Valores em R\$ mil correntes

Nível de Prioridade	Contratações (1)	
	Valor	%
. Um	251.446,7	83,1
. Dois	42.484,5	14,0
. Três	8.614,7	2,8
<b>TOTAL</b>	<b>302.545,9</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Banco do Nordeste

Notas: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações no período JAN/DEZ 2001, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

#### 4.4.5. Impacto das Aplicações

Apresentam-se na Tabela 13 os principais impactos sócio-econômicos decorrentes da aplicação dos recursos do FNE na Região Nordeste, cabendo destacar que neste cômputo não estão incluídos os efeitos de outros recursos alavancados pelo Fundo (FINAME, FAT, BNDES-Automático, recursos próprios, poupança rural etc.).

Estimadas mediante a utilização da Matriz de Insumo-Produto do Nordeste<sup>2[2]</sup> (MIP-NE), essas repercussões macroeconômicas referem-se aos aumentos esperados na produção global, na renda, no emprego e nas importações da economia regional, que deverão ocorrer durante a implantação dos empreendimentos. Por essa metodologia, são captados os impactos em todo o sistema produtivo da Região, bem assim das outras regiões que com ela interagem.

**TABELA 13**  
**FNE – 2001 - REPERCUSSÕES ECONÔMICAS NA REGIÃO NORDESTE DAS CONTRATAÇÕES (1)**

R\$ Milhões

Variáveis	Resultados por Setor (2)				
	Rural	Agro-industrial	Industrial	Comercial	Total
1. Valor Contratado	147,0	6,2	144,1	5,2	302,5
2. Valor Bruto da Produção (VBP)	266,5	11,3	262,6	9,6	550,0
3. Valor Agregado (produto)	171,3	7,0	163,1	5,5	346,9
5. Oportunidades de Trabalho Geradas (diretas e indiretas)	64.505	971	22.523	481	88.480

Fonte: Banco do Nordeste - ETENE.

Notas: (1) Cálculo realizado com o Modelo Econométrico Regional de Insumo-Produto do Nordeste. (2) Resultados a serem alcançados durante o ciclo de maturação dos investimentos e de seus respectivos impactos ao longo de toda a cadeia produtiva da Região, sem considerar o aporte de recursos próprios dos investidores.

<sup>2[2]</sup> O uso das matrizes insumo-produto para avaliação dos impactos de programas de desenvolvimento repousa na idéia do multiplicador keynesiano dos investimentos. As matrizes insumo-produto são utilizadas por vários países, nas avaliações de efetividade, como Austrália, China e Estados Unidos. O Banco do Nordeste desenvolveu, com colaboradores (veja-se item 3.2 adiante) um modelo econométrico, que “ajusta” as relações intersetoriais nos períodos intra-censitários, obtendo uma matriz insumo-produto “corrigida” ou atualizada para cada ano. Cabe ressaltar que esse é um dos modelos mais avançados do país, utilizado, até o momento, apenas pelos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Ceará no seu planejamento.

Os investimentos realizados pelos beneficiários dos recursos do Fundo, no ano 2001, deverão proporcionar uma produção bruta adicional de R\$ 550,0 milhões, sendo R\$ 266,5 milhões (48,4%) gerados no setor rural, R\$ 11,3 milhões (2,0%) no agroindustrial, R\$ 262,6 milhões (47,7%) no industrial e R\$ 9,6 milhões (1,7%) no comercial.

Já o valor agregado ou adicionado, que representa o produto líquido, ou o montante de renda efetivamente gerado pelos financiamentos nos setores econômicos, deverá alcançar R\$ 346,9 milhões, com especial destaque, desta vez, para o setor industrial, que, com R\$ 163,1 milhões, responderá por 47,0% desse valor, aproximando-se dos impactos normalmente provocados pelo setor rural, mercê do apoio ao pólo automotivo da Bahia, já comentado. O valor agregado do setor rural alcançará R\$ 171,3 (49,4%) milhões e na agroindústria, R\$ 7,0 milhões (2,0%). O setor comercial, por sua vez, deverá alcançar R\$ 5,5 milhões (1,6%).

Os impactos dos financiamentos com recursos do Fundo sobre o mercado de trabalho indicam que os investimentos realizados deverão gerar 88,5 mil oportunidades de empregos diretos e indiretos, sendo que, desse total, a agropecuária responderá por 64,5 mil oportunidades (72,9%), a indústria por 22,5 mil (25,5%), a agroindústria por 0,97 mil (1,1 %) e o comércio por 0,48 mil (0,5%).

#### **4.5. Impactos Setoriais da Gestão do FNE**

##### **4.5.1. Setor Rural**

No exercício de 2001, o setor rural da região Nordeste foi apoiado com recursos do FNE no importe de R\$ 147, 0 milhões. Em relação às aplicações totais do Fundo, a participação relativa alcançada pelo setor rural nesse período situou-se em 48,6%. O volume de recursos aplicados proporcionou o atendimento de 61.586 beneficiários.

Desse total, 47% (R\$ 69,1 milhões) foram destinados ao apoio da agricultura familiar, nos seus diversos segmentos, a saber: PRONAF-Grupo A – R\$ 44,8 milhões; PRONAF-Grupo C – R\$ 7,9 milhões; PRONAF-Grupo D – R\$ 16,3 milhões. Adicionalmente, R\$ 0,7 milhões foram canalizados para o Programa de Geração de Emprego e Renda (PROGER). O FNE-VERDE abrigou contratações no valor de R\$ 79 mil (Tabela 19).

Com relação ao PRONAF-Grupo A, programa diretamente vinculado à política de reforma agrária do Governo Federal, sua participação relativa de 14,8% no total das aplicações superou, mais uma vez, o limite legal mínimo de 10%, que constitui um dos vários contingenciamentos impostos à operacionalização do Fundo. Os R\$ 44,8 milhões aplicados sob o amparo do PRONAF-Grupo A beneficiaram 20.460 produtores rurais.

Desta forma, o conjunto desses programas, que integram o bloco dos chamados “Programas Especiais<sup>3[3]</sup>”, continuou apresentando uma performance destacada na absorção dos

---

3[3] Programas Especiais: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF; Programa de Geração de Emprego e Renda - PROGER; Programa de Financiamento à Conservação e Controle do Meio Ambiente - FNE VERDE; Programa de Apoio ao Desenvolvimento

recursos do Fundo Constitucional, a exemplo do ocorrido nos exercícios anteriores. Ao todo, esses programas atenderam 36.880 agentes produtivos detentores de um perfil sócio-econômico que, na grande maioria dos casos, dificulta ou impede seu acesso às linhas de crédito tradicionais.

Por outro lado, o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Rural do Nordeste voltou a se consolidar como o maior receptor dos recursos aplicados no segmento rural, revertendo uma tendência que vinha se desenhando ao longo dos últimos períodos, quando os Programas Especiais ganhavam espaço sistematicamente. As operações contratadas coma base nesse programa somaram R\$ 77,2 milhões, distribuídos entre quase 25 mil beneficiários. O desempenho do FNE quanto à distribuição dos recursos pelas diversas atividades agropecuárias está demonstrado na Tabela 14, a seguir:

TABELA 14

<b>FNE –2001 - CONTRATAÇÕES POR ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS</b>			
<b>Valores em R\$ mil correntes</b>			
<b>Atividades</b>	<b>Valor</b>	<b>% Rural</b>	<b>% FNE</b>
<b>PECUÁRIA</b>	<b>84.584,7</b>	<b>57,5</b>	<b>28,0</b>
• • Bovinocultura	55.877,4	38,0	18,5
• • Ovinocaprinocultura	23.830,7	16,2	7,9
• • Carcinicultura	1.348,9	0,9	0,4
• • Avicultura	1.290,9	0,9	0,4
• • Piscicultura	984,2	0,7	0,3
• • Apicultura	746,3	0,5	0,2
• • Suinocultura	501,4	0,3	0,2
• • Outras Atividades	4,8	0,0	0,0
<b>AGRICULTURA DE SEQUEIRO</b>	<b>33.735,2</b>	<b>22,9</b>	<b>11,2</b>

Fonte: Banco do Nordeste

• • Grãos	15.515,3	10,6	5,1
• • Industriais	7.354,3	5,0	2,4
• • Amiláceas	4.679,5	3,2	1,5
• • Fruticultura	4.358,5	3,0	1,4
• • Olericultura	167,2	0,1	0,1
• • Outras Atividades	1.660,4	1,1	0,5
<b>AGRICULTURA IRRIGADA</b>	<b>28.725,4</b>	<b>19,5</b>	<b>9,5</b>
• • Industriais	10.525,3	7,2	3,5
• • Fruticultura	10.049,7	6,8	3,3
• • Grãos	4.744,0	3,2	1,6
• • Amiláceas	526,4	0,4	0,2
• • Olericultura	417,6	0,3	0,1
• • Outras Atividades	2.462,4	1,7	0,8
<b>Total das Aplicações Rurais</b>	<b>147.045,3</b>	<b>100,0</b>	<b>48,5</b>

A participação relativa das atividades pecuárias permaneceu praticamente inalterada, quando comparada com a situação dos dois períodos anteriores (1999 e 2000), situando-se em 57,5%.

<b>Período</b>	<b>Participação da PECUÁRIA nas aplicações rurais</b>
1998	64,5%
1999	56,7%
2000	57,7%
2001	57,5%

Com respeito a esse assunto, convém lembrar, uma vez mais, que o comportamento do segmento pecuário vai ao encontro de recomendações feitas pela Secretaria Executiva da SUDENE, referindo-se a relatórios pertinentes a períodos anteriores, no sentido de se obter uma maior diversificação das aplicações, não obstante a importância de que se reveste a pecuária bovina para a região Nordeste.

Num esforço integrado, objetivando promover a diversificação nas explorações pecuárias na Região, principalmente visando ao aproveitamento de suas potencialidades, o Banco, em parceria com a EMBRAPA e outras instituições integrantes da cadeia produtiva da ovinocaprinocultura, realizou vários estudos acerca da viabilidade e alternativas para aquele agronegócio. Essa iniciativa resultou no lançamento do “Programa para o Desenvolvimento Sustentável da Ovinocaprinocultura na Região Nordeste” e na efetivação de parcerias com todos os Estados da Região. Dentre os diferenciais do Programa, destacam-se: a capacitação técnica e empresarial dos postulantes, o enfoque de cadeia produtiva e a ampla e efetiva participação dos pequenos produtores.

Como um dos resultantes dessas iniciativas, a ovinocaprinocultura vem ocupando lugar de destaque como beneficiária dos financiamentos do FNE, tendo recebido R\$ 23,8 milhões no ano de 2001, correspondendo a 28% do montante de recursos carreado para a pecuária regional. Deve-se ressaltar, ainda, que as outras atividades pecuárias, como a piscicultura, a avicultura e a carcinicultura, vêm se consolidando como beneficiárias do Fundo Constitucional.

Ainda relacionado à diversificação de atividades, o Banco do Nordeste, com a utilização dos Agentes de Desenvolvimento e do Farol do Desenvolvimento, tem desenvolvido forte e contínuo trabalho de organização/estruturação de cadeias produtivas, baseado, principalmente, no estabelecimento e fortalecimento de parcerias entre os atores desses negócios. Essas parcerias objetivam, preponderantemente, a busca conjunta de soluções para os principais problemas que comprometem o desenvolvimento sustentável dessas atividades na Região, abrangendo tanto os aspectos técnico-produtivos e mercadológicos, quanto questões ligadas ao relacionamento entre os elos das cadeias.

As atividades agrícolas mantiveram a mesma participação relativa alcançada no ano de 2000. No entanto, com relação à grande subdivisão dessas atividades, ou seja, *agricultura de sequeiro* e *agricultura irrigada*, verifica-se que esta última continuou sua trajetória ascendente, conforme demonstrado no quadro abaixo. Observa-se que nos últimos quatro exercícios a agricultura irrigada avançou 6,6 pontos percentuais.

Período	Participação da AGRICULTURA IRRIGADA nas aplicações rurais
1998	12,95%
1999	13,69%
2000	15,32%
2001	19,54%

Especificamente com respeito ao exercício de 2001, o crescimento da participação desse tipo de exploração agrícola merece ainda maior destaque, haja vista a predominância de uma ambiência *a priori* desfavorável à irrigação, durante grande parte do ano, mercê da forte escassez dos principais insumos dessa atividade - água e energia – verificada na região Nordeste.

De outra parte, a expansão contínua das áreas cultivadas nos cerrados nordestinos, estimulada no Banco pela existência de três Pólos de Desenvolvimento Integrado (Balsas, Barreiras e Uruçuí-Gurguéia), favorece a manutenção de uma significativa participação das atividades de sequeiro nas aplicações rurais (22,9%).

Afunilando-se a análise para as atividades agrícolas, propriamente ditas, o destaque do exercício ficou por conta dos *grãos*, cujos financiamentos atingiram o valor de R\$ 20,2 milhões (R\$ 15,5 de sequeiro e R\$ 4,7 irrigados), isto é, 13,8% das aplicações rurais. Logo a seguir, surgem as chamadas *culturas industriais* (bebidas e fumo, fibras e têxteis, oleaginosas etc.), com uma participação de 12,2%.

A fruticultura (uma das principais vocações agrícolas do Nordeste) – seja ela irrigada ou de sequeiro – absorveu 9,8% das aplicações rurais do ano 2001, registrando-se apenas um pequeno recuo em relação ao exercício anterior (11,2%), o qual se mostra plenamente justificável, face à grande dependência dessa atividade da disponibilidade de água e energia. Com efeito, diante de restrições dessa natureza, seria até de se esperar que houvesse um maior arrefecimento na demanda por financiamentos para esse tipo de exploração.

#### **4.5.1.1 Contratações Rurais no Semi-árido**

O semi-árido, por ser a sub-região menos desenvolvida do Nordeste concentra muito mais atividades agropecuárias que aquelas integrantes dos demais setores econômicos. Não é pois sem razão que 86,1% das contratações feitas no semi-árido com recursos do FNE (R\$ 84,6 milhões) tenham sido relativas às atividades agropecuárias (Tabela 15).

TABELA 15

<b>FNE – 2001 - CONTRATAÇÕES POR ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS</b>			
<b>Região Semi-árida</b>			
<i>Valores em R\$ mil correntes</i>			
<b>Atividades</b>	<b>Valor</b>	<b>% Rural no Semi-árido</b>	<b>% FNE no Semi-árido</b>
<b>PECUÁRIA</b>	<b>57.741</b>	<b>68,3</b>	<b>58,8</b>
• • Ovinocaprinocaprinocultura	27.997	33,1	28,5
• • Bovinocultura	27.971	33,1	28,5
• • Apicultura	667	0,8	0,7
• • Avicultura	520	0,6	0,5
• • Piscicultura	289	0,3	0,3
• • Suinocultura	238	0,3	0,2
• • Carcinicultura	46	0,1	0,0
• • Outras Atividades	13	0,0	0,0
<b>AGRICULTURA DE SEQUEIRO</b>	<b>19.060</b>	<b>22,5</b>	<b>19,4</b>
• • Grãos	11.921	14,1	12,1
• • Industriais	2.935	3,5	3,0
• • Amiláceas	2.085	2,5	2,1
• • Fruticultura	1.819	2,2	1,9
• • Olericultura	76	0,1	0,1
• • Outras Atividades	224	0,3	0,2
<b>AGRICULTURA IRRIGADA</b>	<b>7.778</b>	<b>9,2</b>	<b>7,9</b>
• • Fruticultura	3.504	4,1	3,6
• • Grãos	2.306	2,7	2,3
• • Industriais	551	0,7	0,6
• • Olericultura	575	0,7	0,6
• • Amiláceas	0	0,0	0,0
• • Outras Atividades	842	1,0	0,9
<b>Total das Aplicações Rurais no Semi-árido</b>	<b>84.579</b>	<b>100,0</b>	<b>86,1</b>

Fonte: Banco do Nordeste

A distribuição dos recursos entre a pecuária (68,3%), a agricultura de sequeiro (22,5%) e a agricultura irrigada (9,2%) também apresentou um ordenamento óbvio, dada a importância delas, nessa ordem, dentro da economia do semi-árido. Cabe, entretanto, destacar que:

- ▪ Houve uma elevação percentual na participação conjunta da pecuária e da

agricultura irrigada, em detrimento da agricultura de sequeiro (comparada com o primeiro semestre de 2001 – oportunidade em que a Tabela 5A foi apresentada pela primeira vez), o que traduz uma maior sintonia com as vocações econômicas da sub-região;

- ▪ Dentro da pecuária, desponta a participação da ovinocaprinocultura, com 33,1% dos recursos, em resposta aos esforços do Banco de estruturação do seu sistema agroindustrial.

#### 4.5.1.2. Contratações nas Zonas Monocultoras

O FNE tem como uma das suas estratégias a diversificação das zonas monocultoras do Nordeste (canavieira, cacau e sisaleira). Os financiamentos concedidos buscam induzir a introdução de novas atividades e modernizar aquelas culturas predominantes e tradicionais. O quadro abaixo dá uma idéia do comportamento das contratações do FNE naquelas zonas, vis-à-vis a participação do valor bruto das culturas comparado com o valor bruto da produção total dos municípios integrantes de cada uma delas. Os percentuais de participação das chamadas culturas tradicionais é sempre muito menor. Os financiamentos ao cacau, na zona cacauera, têm uma participação um pouco maior haja vista a participação do Banco do Nordeste no esforço de recuperação da lavoura cacauera.

Zonas Monocultoras	Participação do Valor Bruto da Produção do Produto X no VBP Total da Zona Monocultora	Participação das Aplicações do FNE no Produto X no Total Aplicado na Zona Monocultora
Canavieira	54,9%	0,29%
Sisaleira	35,8%	0,07%
Cacauera	32,3%	1,15%

Fonte: Banco do Nordeste

#### 4.5.2. Setor Industrial e Agroindustrial

Um montante de R\$ 150,3 milhões, equivalentes a 49,7% das aplicações totais do FNE, foi contratado no âmbito dos setores industrial e agroindustrial, durante o ano 2001, beneficiando 409 empresas (Tabela 16).

O “Programa de Apoio ao Setor Industrial do Nordeste (INDUSTRIAL)” teve a performance mais destacada dentre os programas industriais, durante o ano de 2001. O objetivo do mesmo é apoiar as atividades produtivas de bens de consumo não duráveis, bens intermediários, bens de capital e de consumo duráveis, extrativa mineral etc., com contratações (R\$ 140,7 milhões) que corresponderam a 93,6% do valor aplicado nos segmentos industrial e agroindustrial (incremento de 9% em relação ao ano 2000) e a 46,5% das contratações globais do Fundo

(incremento de 20,7% no mesmo período). Os recursos aplicados por meio deste programa atenderam a 179 empresas.

O “Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Agroindústria Alimentar” teve contratações no valor de R\$ 6,2 milhões no ano, representando 4,1% do valor aplicado nos setores industrial e agroindustrial, também registrando um incremento de 1% em relação ao ano 2000. Já o “Programa de Apoio ao Turismo Regional” aplicou R\$ 2,1 milhões no ano, o que implicou numa participação de 1,4% sobre as contratações dos setores industrial e agroindustrial.

Quanto à distribuição dos recursos por atividades, observou-se um significativo aumento da participação dos *bens de capital e de consumo duráveis*, que absorveu cerca de 67% das contratações do setor. Vale destacar o massivo investimento nas atividades relativas à produção de veículos e materiais de transporte, com aplicação de R\$ 100,7 milhões, mercê do apoio à consolidação do pólo automotivo baiano. Os investimentos na atividade de transporte são importantíssimos haja vista os encadeamentos que, sem dúvida, se estabelecerão na estrutura produtiva da Região (Tabela 16).

O “Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico Industrial (PRODETEC)”, destinado à expansão de segmentos que utilizam tecnologia avançada e a adoção de novas técnicas de gestão e organização do processo produtivo, beneficiou 12 projetos no ano 2001, absorvendo um montante de R\$ 643,2 mil, apresentando um incremento de 6,2% em relação ao ano anterior.

<b>FNE – 2001 - SETOR INDUSTRIAL E AGROINDUSTRIAL</b>			
<b>DESEMPENHO OPERACIONAL</b>			
<b>Valores em R\$ mil correntes</b>			
<b>Atividades</b>	<b>Contratações (1)</b>		
	<b>Valor</b>	<b>% SETOR</b>	<b>% FNE</b>
<b>A. BENS DE CONSUMO NÃO DURÁVEIS</b>	<b>32.916,44</b>	<b>21,9</b>	<b>10,9</b>
. Têxtil	11.423,06	7,6	3,9
. Produtos alimentares	10.972,15	7,3	3,6
. Produtos farmacêuticos e defensivos agrícolas	601,21	0,4	0,2
. Editorial e Gráfica	751,52	0,5	0,2
. Vestuários e calçados	1.503,03	1,0	0,5
. Eletro-eletrônica	6.763,65	4,5	2,2
. Bebidas	901,82	0,6	0,3
<b>B. BENS INTERMEDIÁRIOS</b>	<b>8.867,90</b>	<b>5,9</b>	<b>2,9</b>
. Minerais metálicos	300,61	0,2	0,1
. Minerais não metálicos	1.503,03	1,0	0,5
. Materiais plásticos	450,91	0,3	0,1
. Madeira	150,30	0,1	0,0
. Metalurgia	2.404,85	1,6	0,8
. Peças e acessórios (transporte)	3.757,59	2,5	1,3
. Tintas, vernizes e esmaltes	300,61	0,2	0,1
<b>C. BENS DE CAPITAL E DE CONSUMO DURÁVEIS</b>	<b>100.853,58</b>	<b>67,1</b>	<b>33,4</b>
. Transporte	100.703,28	67,0	33,4
. Mobiliário	150,30	0,1	0,0
<b>D. TURISMO</b>	<b>3.456,98</b>	<b>2,3</b>	<b>1,1</b>
<b>E. DIVERSAS</b>	<b>4.208,50</b>	<b>2,8</b>	<b>1,4</b>
<b>TOTAL</b>	<b>150.303,40</b>	<b>100,0</b>	<b>49,7</b>

Fonte: Banco do Nordeste

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações no período JAN/DEZ – 01, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

#### 4.5.3. Setor de Comércio e Serviços

O apoio às atividades comerciais e de serviços passou a ser objeto do FNE no ano de 2001. A Tabela 17 a seguir demonstra o desempenho operacional do FNE dessas atividades, que polarizaram 1,7% dos recursos do FNE (R\$ 5,2 milhões). O comércio atacadista absorveu, isoladamente, a maior fatia, sendo seguido pelas atividades de intermediação financeira e pelo comércio a varejo. Os serviços relacionados a transporte também absorveram uma fatia significativa dos investimentos, com 13,5%, o que pode ser um indicativo do potencial de interligação com as atividades industriais de transporte comentadas anteriormente.

TABELA 17

<b>FNE – 2001 - SETOR COMERCIAL E DE SERVIÇOS – DESEMPENHO OPERACIONAL</b>			
<b>Valores em R\$ mil correntes</b>			
<b>Atividades</b>	<b>Contratações (1)</b>		
	<b>Valor</b>	<b>% SETOR</b>	<b>% FNE</b>
<b>A. COMÉRCIO</b>	<b>2.250,39</b>	<b>43,3</b>	<b>0,7</b>
. Atacadista	1.268,11	24,4	0,4
. Varejista	971,88	18,7	0,3
. Intermediários	10,40	0,2	0,0
<b>B. SERVIÇOS</b>	<b>2.946,81</b>	<b>56,7</b>	<b>1,0</b>
. Energético	114,34	2,2	0,0
. Intermediação financeira	1.174,57	22,6	0,5
. Auxiliares à Indústria, agropecuária e construção civil	109,14	2,1	0,0
. Reparação e Conservação	25,99	0,5	0,0
. Auxiliares a Empresas	187,10	3,6	0,1
. Básicos	301,44	5,8	0,1
. Coletivos e sociais	327,42	6,3	0,1
. Transportes	701,62	13,5	0,2
. Não especificado	5,20	0,1	0,0
<b>TOTAL</b>	<b>5.197,20</b>	<b>100,0</b>	<b>4,0</b>

Fonte: Banco do Nordeste

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações no período JAN/DEZ – 01, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

#### 4.5.4. Pólos de Desenvolvimento Integrado<sup>4[4]</sup>

Os Pólos de Desenvolvimento Integrado foram criados com fundamentação nas estratégias estabelecidas para a operacionalização do FNE, com o objetivo primordial de se promover e potencializar o desenvolvimento de áreas possuidoras de potencial sócio-econômico para a expansão do agronegócio.

As ações aí desenvolvidas têm por base as duas principais características dos pólos, que são a *delimitação territorial* e a existência de até dois *eixos econômicos principais*, ou seja, de atividades econômicas preponderantes e competitivas<sup>5[5]</sup>. A partir da visão de futuro definida

4[4] Pólo Sul do Maranhão (MA), Pólo Uruçuí/Gurgéia(PI), Pólo Baixo Jaguaribe(CE), Pólo Assu/Mossoró (RN), Pólo Alto Piranhas(PB), Pólo Petrolina(PE), Pólo Juazeiro(BA), Pólo Sul de Sergipe, Pólo Bacia Leiteira de Alagoas(AL), Pólo Oeste Baiano(BA), Pólo Norte de Minas Gerais, Pólo Cariri Cearense (CE), Pólo Noroeste do Espírito Santo (ES). Tais pólos correspondem a um total de 253 mil Km<sup>2</sup> e população de 3,2 milhões de habitantes.

5[5] Em termos de atividades principais, os pólos distribuem-se da seguinte maneira: sete pólos centrados na fruticultura/olericultura irrigadas, quatro em grãos, um em citricultura não irrigada e um outro em pecuária leiteira.

conjuntamente com representantes da comunidade, essas ações geram múltiplos efeitos diretos e indiretos para trás e para frente, criando um ambiente favorável à competitividade dos empreendimentos financiados associado a menor risco de inadimplência. Ademais, o projeto induz outras atividades e ramos de negócios (efeitos de arrasto), aumentando a repercussão dos investimentos sobre a renda, o emprego, a arrecadação tributária e a distribuição do produto social, além de minimizar as pressões das populações rurais sobre os recursos naturais.

A ação do Banco do Nordeste, especialmente nessas áreas, transcende o papel de fornecedor de crédito, assumindo a função de instituição propulsora do desenvolvimento, induzindo a mobilização dos diversos agentes econômicos, institucionais e sociais em um espaço regional definido.

Em 2001, do total dos recursos aplicados nos pólos, 54,8% foram para a agricultura e 25,1% para a pecuária (tabela abaixo). Essa distribuição é extremamente distinta do que se observa para o FNE como um todo, onde houve uma preponderância da pecuária, mas revela a focalização dos pólos. Nos pólos ocorreu ainda a aplicação da maior parte dos recursos destinados pelo FNE à agroindústria alimentar (R\$ 3,6 milhões de um total de R\$ 4,3 milhões).

Comparando-se a destinação dos recursos para as atividades dentro dos pólos com o verificado na região, ou seja, no FNE-Total, percebe-se que as atividades-eixo absorveram relativamente muito mais recursos naquelas áreas, a saber: grãos – 15,7% x 13,8%; fruticultura – 13,8% x 9,8%; culturas industriais – 21,1% x 12,2% e olericultura – 1,0% x 0,4% (no caso da região, estão somados os percentuais de agricultura de sequeiro e irrigada, da Tabela 18).

**TABELA 18**  
**FNE 2001 - APLICAÇÕES NOS PÓLOS DE**  
**DESENVOLVIMENTO INTEGRADO**

SETOR/SUBSETOR	VALOR (R\$ mil)	%
<b>AGROPECUÁRIA</b>	<b>25.513,96</b>	<b>79,9</b>
• •	<b>17.502,25</b>	
<b>Agricultura</b>		<b>54,8</b>
- grãos	5.007,57	15,7
- fruticultura	4.421,94	13,8
- culturas industriais	6.731,09	21,1
- olericultura	310,51	1,0
- amiláceas	628,17	2,0
- outros	402,97	1,3
• • <b>Pecuária</b>	<b>8.011,71</b>	<b>25,1</b>
<b>AGROINDÚSTRIA</b>	<b>3.647,94</b>	<b>11,4</b>
<b>INDÚSTRIA</b>	<b>1.873,34</b>	<b>5,8</b>
<b>TURISMO</b>	<b>911,79</b>	<b>2,9</b>
<b>TOTAL DAS APLICAÇÕES</b>	<b>31.947,03</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Banco do Nordeste

#### 4.5.5. Projeto Moxotó-Pajeú

O Banco do Nordeste, em conjunto com o Governo Federal, os governos estaduais de Pernambuco e Bahia, prefeituras municipais e instituições públicas e privadas, definiu um plano estratégico para alavancar o desenvolvimento no Sertão do Moxotó-Pajeú, visando empreender ações integradas de desenvolvimento nos segmentos Fomento, Tecnologia, Capacitação e Infra-estrutura, com o objetivo de solucionar os principais entraves existentes para o crescimento econômico.



Localizado na divisa dos Estados de Pernambuco e Bahia e compreendendo 20 municípios situados no semi-árido, a região do Sertão do Moxotó-Pajeú envolve uma população de 450 mil habitantes, numa área de 40 mil km<sup>2</sup>.

Com foco inicial no desenvolvimento das cadeias produtivas de piscicultura, fruticultura irrigada e ovinocaprinocultura, o Projeto passou a apoiar também outras atividades, a exemplo da rizicultura, cotonicultura, vitivinicultura e atividades industriais, comerciais e de prestação de serviços.

No ano 2001, podemos destacar, além de investimentos na infra-estrutura em estradas, as seguintes ações:

- • Implementação do Fórum Empresarial da Ovinocaprinocultura em Curaçá (BA);
- • Inclusão dos municípios de Belém do São Francisco, Cabrobó, Carnaubeira da Penha e Mirandiba no Programa Comunidade Ativa;
- • Realização do Seminário de Prevenção e Combate ao Uso de Drogas, com a conseqüente instalação do Fórum Comunitário de Prevenção e Tratamento ao Consumo de Drogas;
- • Realização de palestras sobre ovinocaprinocultura e fruticultura por técnicos da EBAPE;
- • Realização da Semana Tecnológica do Projeto Moxotó-Pajeú;
- • Assentamento de 1.890 famílias, beneficiando 9.450 pessoas;
- • Construção do centro de comercialização e abastecimento – Mirandiba e Petrolândia;
- • Conclusão do processo de titulação da terra dos reassentados de Itaparica (CHESF);
- • Relocalização e padronização da Feira Livre de Serra Talhada; e
- • Instalação de uma escola técnica federal em Serra Talhada.

Os financiamentos contratados em 2001 na área do Projeto somam R\$ 15,3 milhões em 9,1 mil operações, dos quais 533 delas, totalizando R\$ 4,5 milhões, foram realizadas com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, além de proporcionar 31 mil oportunidades de capacitação aos agentes produtivos.

#### **4.5.6. A Gestão Ambiental no FNE**

A linha de crédito FNE Verde, criada especialmente para apoiar atividades produtivas com ênfase à conservação/recuperação do meio ambiente, beneficiou, em 2001, 15

empreendimentos, com aplicação total de 583,2 mil reais, sendo de R\$ 79,3 mil no segmento rural e R\$ 503,9 mil no segmento industrial.

Conforme se verifica nas tabelas a seguir, os financiamentos do FNE Verde, nas aplicações rurais e industriais, no último ano, caíram significativamente em relação aos anos anteriores. Esta queda foi também evidenciada em outras aplicações do FNE.

**TABELA 19**

FNE 2001 - Participação do FNE VERDE nas aplicações rurais

Período	Valor Aplicado R\$ mil	%
1998	689,5	0,11
1999	729,0	0,15
2000	884,7	0,22
2001	79,3	0,050

Fonte: Banco do Nordeste

**TABELA 20**

FNE 2001 - Participação do FNE VERDE nas aplicações industriais

Período	Valor Aplicado R\$ mil	%
1998	3.711,0	3,9
1999	7.304,0	5,6
2000	5.220,0	3,1
2001	503,9	0,35

Fonte: Banco do Nordeste

O FNE Verde é resultante da política ambiental implementada pelo Banco, onde meio ambiente é visto não somente como uma dimensão inerente e indispensável ao desenvolvimento sustentável, mas também como oportunidade de negócios.

Através dos recursos do FNE Verde, são financiados empreendimentos nos setores rurais e industriais tais como a construção de obras de prevenção e recuperação ambiental, usinas de reciclagem e beneficiamento de resíduos sólidos, agropecuária orgânica, plantas aromáticas e medicinais, programas de reflorestamento, geração de energia alternativa, sistemas de certificação etc.

Dentre os instrumentos criados e inseridos no processo de crédito visando aperfeiçoar o programa ambiental do Banco, destacam-se a inserção dos aspectos ambientais nos formulários e sistemas e as exigências ambientais legais vinculadas à concessão dos financiamentos.

Outras ações são o Programa Ambiental do Microcrédito, onde os microempreendimentos são tratados também sob enfoque ambiental e o lançamento do Programa de Agropecuária Orgânica do Nordeste, que visa difundir e apoiar a atividade na Região.

Em parceria como o Ministério do Meio Ambiente estão sendo desenvolvidas diversas atividades que incluem a divulgação do programa florestal do Nordeste e a implementação de ações ligadas ao manejo florestal sustentável na Região. Ainda na implementação das parcerias, em conjunto com o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável – CEBDS, o Centro Nacional de Tecnologias Limpas - CNTL e as Universidades Federais do Ceará e de Pernambuco estão sendo implantados os Núcleos de Tecnologia Limpa em Fortaleza e Recife.

Outras ações de grande repercussão são as publicações do Guia do Meio Ambiente para o Produtor Rural, o Manual de Impactos Ambientais, as Cartilhas de Práticas Ambientais para o Microcrédito e o amplo programa de disseminação e capacitação na área ambiental envolvendo funcionários, elaboradores de projetos cadastrados junto ao Banco e agentes produtivos da Região.

#### **4.6. A Gestão do Banco do Nordeste para Avaliar os Impactos do FNE**

O Banco do Nordeste, como uma instituição de desenvolvimento, sempre esteve preocupado com a efetividade da sua ação – ou seja, com o efeito positivo da sua atuação no médio e longo prazos, visto que, disso depende o reconhecimento pela sociedade da validade da instituição e, daí, a continuidade da sua existência. De igual modo, preocupa-se também com os dispositivos criados com o objetivo de contribuir para a redução das desigualdades regionais, não só aqueles sob a sua responsabilidade – como é o caso do FNE – mas com os demais componentes da política regional do Governo, vez que é também seu papel contribuir para o aperfeiçoamento dessa política.

Entretanto, cabe ressaltar que o processo de aferição do desenvolvimento e da redução das desigualdades regionais é complexo, porquanto estes objetivos dependem de inúmeros fatores além daqueles que são proporcionados pela ação do Banco. As desigualdades (inter-regionais e intra-regionais de renda, de capacidade produtiva e de infra-estrutura sócio-econômica, bem como as desigualdades pessoais de renda) são dimensões do subdesenvolvimento, mas não representam todo o processo. É possível combater algumas desigualdades sem atingir o desenvolvimento – e a expressiva participação dos pequenos e médio produtores no valor dos créditos concedidos é exemplo de combate à desigualdade no acesso ao crédito.

Mas o que se quer dizer aqui é que o Banco do Nordeste - com o FNE e toda a ação creditícia - contribui para o desenvolvimento regional pela sua ação direta – financiando os empreendimentos, e indireta - com suas ações e instrumentos diferenciados, especialmente em se tratando do principal agente financeiro regional (77,3% dos financiamentos concedidos). Entretanto, o processo do desenvolvimento sócio-econômico requer outras iniciativas, tais como o fornecimento adequado dos serviços essenciais (energia e água), a realização de investimentos em estradas e ferrovias, e a ampliação da rede de telecomunicação de alta velocidade, para citar algumas no campo puramente econômico, que não dependem do Banco do Nordeste. Além disso, requer ainda um aparato legal que dê às empresas confiança sobre os seus investimentos e

assegure celeridade na resolução de questões, o combate a doenças crônicas, a melhoria do sistema educacional, para citar algumas no campo social.

Apesar dessas considerações, há que se reconhecer que a região Nordeste tem evoluído, conforme se pode inferir dos indicadores selecionados na tabela abaixo: multiplicou o seu produto por 5,7 em 39 anos; a renda per capita quase foi triplicada, a infra-estrutura econômica vem avançando e a qualidade de vida da população é visivelmente melhor. A política regional – da qual o Banco do Nordeste e o FNE são partes importantes - produziu, de fato, uma transformação regional. Essa transformação não pode ser negada. E como principal financiador dos investimentos privados na Região, o Banco do Nordeste tem dado uma contribuição efetiva nesse processo.

**TABELA 21**

**NORDESTE - INDICADORES SELECIONADOS DE DESENVOLVIMENTO**

INDICADORES	UNIDADE	1960	ANO MAIS RECENTE	
PIB	R\$ bilhões	30,6	173,9	1999
RENDA <i>PER CAPITA</i>	R\$	1.386,5	3.747,8	1999
RENDA <i>PER CAPITA</i> NE/BR	%	45,5	59,4	1999
RODOVIAS ASFALTADAS	Km	8.000	44.693	1999
AEROPORTOS	Unidades	9	16	1999
POPULAÇÃO ALFABETIZADA				Fontes: IBGE / FGV / SUDENE / CHESF/ MEC
(2)	%	34,2	75,6	1999
EXPECTATIVA DE VIDA (3)	Anos	43,5	65,5	1999
MORTALIDADE INFANTIL				IBGE / FGV / SUDENE / CHESF/ MEC / PNA
(óbitos/mil nascidos vivos)	Unidades	154,9	52,96	1999

Cabe ressaltar, entretanto, que a avaliação dos programas de governo, de forma mais abrangente, é responsabilidade que extrapola a ação dos entes executores e que deve ser empreendida pelas unidades de governo especializadas no assunto, tais como os institutos e fundações de pesquisa, as universidades públicas etc.

Não obstante, o Banco elaborou<sup>6[6]</sup>, de forma pioneira no país, a primeira matriz insumo-produto regional, em 1985, atualizada para 1992 e 1997.

O uso das matrizes insumo-produto para avaliação dos impactos de programas de desenvolvimento repousa na idéia do multiplicador keynesiano dos investimentos. Simplificadamente, um novo empreendimento, ao se instalar, cria uma demanda adicional por bens e serviços, gerando um impacto sobre os seus fornecedores, bem como remunera os fatores de produção que utiliza (mão-de-obra, por exemplo), tanto durante o processo de instalação como no funcionamento. Os fornecedores, para atender àquele novo empreendimento, também

<sup>6[6]</sup> Criada em conjunto com o CEDEPLAR – Centro de Desenvolvimento e Planejamento da UFMG e o IBGE.

demandarão dos seus fornecedores outros bens e serviços e remunerarão fatores de produção utilizados. Esses efeitos se repetem como uma onda na superfície da água, tanto na direção dos fornecedores ou para trás, como na direção dos empreendimentos ou consumidores que se utilizam do produto do empreendimento financiado (uma vez que haverá mais disponibilidade de um determinado bem ou serviço). Isso caracteriza os impactos diretos – aqueles no setor do empreendimento financiado – e indiretos – nos demais setores afetados. A intensidade total dos efeitos dependerá do nível de interligação entre os setores econômicos.

Mesmo se tratando de uma ferramenta que apresenta os impactos esperados “*a priori*”, as matrizes insumo-produto são universalmente aceitas nas avaliações de efetividade<sup>7[7]</sup>, pois, a construção e o funcionamento de uma indústria têxtil, por exemplo, não pode acontecer sem o concurso da construção civil, da indústria de máquinas e equipamentos, sem o fornecimento de energia e água, sem a produção de algodão e esta sem a compra de sementes e defensivos agrícolas. Ou seja, sem afetar aos demais integrantes da cadeia produtiva da indústria têxtil.

Uma vez que as matrizes insumo-produto baseiam-se nos censos, no período intracensitário ela é usada considerando que o nível de interligação entre os setores econômicos permanece o mesmo – o que é motivo de crítica. Essa crítica é muito pertinente quando se trata de setores econômicos que estão incorporando tecnologia com muita intensidade, mas não o é para os setores mais tradicionais – de forte presença na economia nordestina. Mesmo diante dessa característica, que confere validade à Matriz Insumo-Produto para o caso nordestino, o Banco do Nordeste desenvolveu, com a colaboração da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FINE/USP e da Universidade de Illinois-USA, um modelo econométrico que “ajusta” as relações intersetoriais, permitindo obter uma matriz insumo-produto “corrigida”. Cabe ressaltar que esse é um dos modelos mais avançados do país, utilizado, até o momento, apenas pelos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Ceará no seu planejamento. É com base nele que o Banco apresenta as repercussões econômicas do FNE (Tabela 13).

No ano de 2001, o Banco publicou o livro *Macroeconomia do Nordeste – 1970-1998*, o qual explica a construção do modelo econométrico anteriormente referido e apresenta o banco de dados utilizado, trabalho esse que vem sendo muito bem aceito pela comunidade científica, o que nos conforta com respeito à consistência metodológica dos nossos procedimentos.

Encontra-se em andamento a sub-regionalização do modelo econométrico, a fim de obter indicações estaduais dos impactos dos investimentos. Já foi concluída a etapa da inserção das informações estaduais.

Com o mesmo grupo de pesquisadores, o Banco iniciou um outro trabalho, que inserirá as restrições de água e energia no Modelo Econométrico de Insumo-Produto, de modo a corrigir os impactos esperados em função das limitações que essas duas importantes variáveis poderão impor à região Nordeste.

---

<sup>7[7]</sup> São vários os países que se utilizam de matrizes insumo-produto no seu planejamento, como é o caso da Austrália, China, Estados Unidos etc.

A construção de uma metodologia que permita avaliar a efetividade dos Pólos de Desenvolvimento Integrado, cuja negociação foi iniciada com a Universidade Federal do Ceará, não pôde ser concluída com aquela instituição e está agora em elaboração com a Universidade de São Paulo. Pretende-se, ao final, ter uma metodologia replicável e que nos permita obter respostas sob a efetividade da nossa ação não só nos pólos em estudo (Assu-Mossoró e Bacia Leiteira de Alagoas), mas em todos os demais.

Finalmente, cabe destacar que uma outra pesquisa patrocinada pelo Banco, que se encontra em andamento – intitulada “Nordeste: uma proposta de desenvolvimento para o Século XXI, coordenada pelo Prof. Roberto Cavalcanti, do Instituto Nacional de Altos Estudos – INAE, - não produzirá informações sistemáticas e diretas sobre a efetividade do FNE mas nos permitirá – de uma maneira mais macroeconômica - avaliar e redirecionar a atuação do FNE e do Banco. Alguns resultados parciais já produzidos serão extremamente úteis no futuro, como é o caso dos PIBs municipais – informação anteriormente não disponível. Encontram-se em andamento os módulos sobre pobreza, semi-árido, comércio exterior, ciência e tecnologia, e indústria, aos quais serão agregados outros, para a elaboração do documento final.

#### **4.7. Inadimplemento das Operações**

Considerados os efeitos dos constrangimentos específicos a que os empreendimentos estão sujeitos, a legislação tem provido, em seqüência, condições particulares para a reestruturação das dívidas, particularmente dos empreendimentos rurais. A seqüência de medidas que ampliam prazos, reduzem encargos e flexibilizam exigências comuns ao padrão da atividade bancária terminam por alimentar as expectativas dos mutuários por sempre novas e mais flexíveis condições que poderão ser baixadas.

No caso do FNE, as medidas com impacto mais recente foram autorizadas pela Lei 10.177, de 12.01.2001, que concedeu originalmente prazo até 28.12.2001 para renegociação das dívidas contratadas até 31.12.1998. Ainda que expirado o prazo para que os devedores firmassem suas renegociações, permanece o ânimo de adiamento deste prazo, em face de projeto de conversão da Medida Provisória número 9 que já tramitou na Câmara de Deputados e deve prolongar o prazo para adesão as condições de renegociação ainda até 29.06.2002.

Sob estas condições, é tecnicamente impróprio pretender apurar a inadimplência destas operações, sujeitas a novos prazos para rolagem, uma vez que a disposição de pagar dos devedores, que, por imposição legal não podem ser constrangidos por ações mais severas de cobrança, sujeita-se às sucessivas edições de novos benefícios outorgados aos devedores, o que deve novamente acontecer. Todavia, para cumprir as orientações constantes do Ofício 336/MI, de 13/07/2001, demonstramos através das Tabelas 22A, 22B e 22C as operações vencidas por porte do beneficiário, por setor de atividade e por faixa de valor.

#### **TABELA 22A**

**FNE – OPERAÇÕES VENCIDAS POR PORTE DO BENEFICIÁRIO Operações contratadas até 30.11.1998**

PORTE	APLICAÇÕES (%)	INADIMPLÊNCIA (%)
	(1)	(2)
PEQUENO	50,8	9,01
MÉDIO	11,6	4,44
GRANDE	37,6	22,87
<b>T O T A L</b>	<b>100,0</b>	<b>36,32</b>

Fonte: Banco do Nordeste

Notas:

(1) Dados com base nos saldos de aplicações de 31.12.2001

(2) Percentuais em relação ao total das aplicações.

**TABELA 22B**

FNE – OPERAÇÕES VENCIDAS POR SETOR Operações contratadas até 30.11.1998

PORTE	APLICAÇÕES (%)	INADIMPLÊNCIA (%)
	(1)	(2)
RURAL	72,1	19,58
INDUSTRIAL	22,0	13,07
AGROINDUSTRIA	5,9	3,67
COMÉRCIO	0,0	0,0
<b>T O T A L</b>	<b>100,0</b>	<b>36,32</b>

Fonte: Banco do Nordeste

Notas:

(1) Dados com base nos saldos de aplicações de 31.12.2001

(2) Percentuais em relação ao total das aplicações.

**TABELA 22C**

FNE – OPERAÇÕES VENCIDAS POR FAIXA DE VALOR Operações contratadas até 30.11.1998

PORTE	APLICAÇÕES (%)	INADIMPLÊNCIA (%)
	(1)	(2)
ATÉ R\$ 35 MIL	23,3	3,47
DE R\$ 35 MIL A R\$ 1 MILHÃO	32,3	6,47
ACIMA DE R\$ 1 MILHÃO	44,4	26,38
<b>T O T A L</b>	<b>100,0</b>	<b>36,32</b>

Fonte: Banco do Nordeste

Notas:

(1) Dados com base nos saldos de aplicações de 31.12.2001

(2) Percentuais em relação ao total das aplicações.

Já as operações do Fundo Constitucional, contratadas a partir de 01.12.1998, sujeitas que estão a um outro padrão de encargos financeiros, apresentam inadimplência total de 4,57%

(Tabelas 23A, 23B e 23C) mesmo se considerarmos outros reveses a que estas operações também se sujeitaram, como estiagem e crise energética, especialmente no ano de 2001.

**TABELA 23A**

FNE - INADIMPLÊNCIA POR PORTE DE BENEFICIÁRIO Operações contratadas a partir de 01.12.1998

PORTE	APLICAÇÕES (%)	INADIMPLÊNCIA (%)
	(1)	(2)
MINI / PEQUENO	65,8	3,81
MÉDIO	6,4	0,40
GRANDE	27,8	0,36
<b>TOTAL</b>	<b>100,0</b>	<b>4,57</b>

Fonte: Banco do Nordeste

Notas:

- (1) Dados com base nos saldos de aplicações de 31.12.2001  
 (2) Percentuais em relação ao total das aplicações.

**TABELA 23B**

FNE - OPERAÇÕES VENCIDAS POR SETOR Operações contratadas a partir de 01.12.1998

PORTE	APLICAÇÕES (%)	INADIMPLÊNCIA (%)
	(1)	(2)
RURAL	71,7	3,94
INDUSTRIAL	26,2	0,53
AGROINDUSTRIA	2,6	0,10
COMÉRCIO	0,0	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>100,0</b>	<b>4,57</b>

Fonte: Banco do Nordeste

Notas:

- (1) Dados com base nos saldos de aplicações de 31.12.2001  
 (2) Percentuais em relação ao total das aplicações.

**TABELA 23C**

FNE - INADIMPLÊNCIA POR FAIXA DE VALOR Operações contratadas a partir de 01.12.1998

PORTE	APLICAÇÕES (%)	INADIMPLÊNCIA (%)
	(1)	(2)
ATÉ R\$ 35 MIL	56,1	3,35
DE R\$ 35 MIL A R\$ 1 MILHÃO	16,9	0,90
ACIMA DE R\$ 1 MILHÃO	27,0	0,32
<b>TOTAL</b>	<b>100,0</b>	<b>4,57</b>

Fonte: Banco do Nordeste

Notas:

- (1) Dados com base nos saldos de aplicações de 31.12.2001  
 (2) Percentuais em relação ao total das aplicações.

Cumpra neste ponto recuperar a essência dos objetivos esperados com a operação do FNE, destinado que foi, desde sua criação, a constituir fonte estável de recursos para o financiamento do desenvolvimento regional. A inadimplência, neste caso, mercê das especificidades e o mérito particular que caracteriza as aplicações do Fundo, exigíveis e cobradas com rigor, mas, por superveniência que transcende o padrão da atividade bancária, sujeitas a outras condições melhor julgadas pelos autores da legislação que rege o Fundo Constitucional.

Com relação ao regime de provisionamento, cumpre destacar que o FNE é responsável por 100% do risco de crédito relativo às operações contratadas até 30.11.1998. Nas operações contratadas a partir de 01.12.1998, o Banco do Nordeste responde por 50% do risco de crédito. O Fundo é isento de risco operacional nos recursos repassados para o Banco do Nordeste, para que este, em nome próprio, realize operações de créditos.

Tendo em vista o risco de crédito de 50% assumido pelo Banco do Nordeste para as operações contratadas com recursos do FNE a partir de 01.12.1998, a Diretoria do Banco, seguindo orientação da autoridade Monetária, autorizou que fosse efetuada a classificação de risco destas operações de forma análoga àquela prevista pela Resolução N° 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional, sendo contabilizada a provisão apurada, proporcionalmente ao percentual de coobrigação assumida pelo Banco do Nordeste, mediante constituição de provisão para passivos contingentes em contas patrimoniais do Banco. Este procedimento resultou em provisão adicional de R\$ 302.074 mil para o Banco, na posição de 31.12.2001, efetuadas como consequência das providências relacionadas ao Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais.

#### 4.8. Ingresso de Recursos x Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido do FNE evoluiu de R\$ 8,01 bilhões em 31.12.2000, para R\$ 9,84 bilhões em 31.12.2001 (Tabela 24). Foram transferidos para o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste, em 2001, o montante de R\$ 1,4 bilhão a título de ingresso de recursos da Secretaria do Tesouro Nacional – STN (Tabela 25).

TABELA 24

<b>FNE – 2001</b>	
<b>DEMONSTRATIVO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	
Valores em R\$ mil correntes	
<b>( 1 ) ATÉ 31.12.2000</b>	<b>8.018.871</b>
. Recebido da STN	5.653.461
. Resultado/outros valores	2.365.410
<b>( 2 ) DO ANO DE 2001</b>	<b>1.825.670</b>
. Recebido da STN	1.408.437
. Resultados/outros valores	417.233
. Receitas	
Receitas de Operações de Crédito	645.891
Receitas de Remuneração das Disponibilidades	96.886

. Despesas	
Despesas de Administração	(281.687)
Despesas de Auditoria	(15)
. Ajustes de Exercícios Anteriores	(43.842)
<b>PATRIMÔNIO TOTAL EM 31.12.2001 (1) + (2)</b>	<b>9.844.541</b>

Fonte: Banco do Nordeste

TABELA 25

<b>FNE – 2001</b>		
<b>INGRESSOS MENSAIS DE RECURSOS (1)</b>		
<b>Valores em R\$ mil correntes</b>		
<b>Meses</b>	<b>Ingressos</b>	<b>Ingressos Acumulados</b>
Janeiro	138.539	138.539
Fevereiro	96.958	235.497
Março	96.781	332.278
Abril	111.256	443.534
Maiο	138.210	581.744
Junho	99.514	681.258
Julho	111.686	792.944
Agosto	130.447	923.391
Setembro	93.690	1.017.081
Outubro	121.011	1.138.092
Novembro	81.509	1.219.601

Fonte: Banco do Nordeste

Nota: (1) Liberações da Secretaria do Tesouro Nacional no ano de 2001.

Dezembro	188.836	1.408.437
<b>TOTAL</b>	<b>1.408.437</b>	<b>1.408.437</b>

Com estas informações e a coletânea de documentos apensa, requeridos pelas normas vigentes, formalizamos a Prestação de Contas do FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE – FNE, referente ao exercício de 2001, com a certeza de termos atendido aos princípios que norteiam a boa gestão de recursos públicos e de ter contribuído significativamente para cumprir os objetivos de governo visando ao desenvolvimento nacional equilibrado.

Fortaleza – CE, 15 de março de 2001.

Byron Costa de Queiroz  
Presidente

---

<sup>8[1]</sup> Para compor cada um desses grupos, levou-se em consideração o fator locacional, o nível de estruturação das atividades em cada município, a importância “a priori” de cada uma delas, do ponto de vista regional e estadual, compondo uma prioridade composta que consultasse os interesses regionais e locais. Nesse mister, o Banco do Nordeste contou com o apoio das Secretarias de Estado ligadas às várias atividades. Para cada município do Nordeste, estão definidas as atividades enquadradas em cada um dos níveis de prioridade, os quais servem para direcionar o planejamento negocial das agências.

<sup>9[2]</sup> O uso das matrizes insumo-produto para avaliação dos impactos de programas de desenvolvimento repousa na idéia do multiplicador keynesiano dos investimentos. As matrizes insumo-produto são utilizadas por vários países, nas avaliações de efetividade, como Austrália, China e Estados Unidos. O Banco do Nordeste desenvolveu, com colaboradores (veja-se item 3.2 adiante) um modelo econométrico, que “ajusta” as relações intersetoriais nos períodos intra-censitários, obtendo uma matriz insumo-produto “corrigida” ou atualizada para cada ano. Cabe ressaltar que esse é um dos modelos mais avançados do país, utilizado, até o momento, apenas pelos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Ceará no seu planejamento.

<sup>10[3]</sup> Programas Especiais: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF; Programa de Geração de Emprego e Renda - PROGER; Programa de Financiamento à Conservação e Controle do Meio Ambiente - FNE VERDE; Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico – PRODETEC; Programa de Apoio à Reorientação da Pequena e Média Unidade Produtiva Rural do Semi-árido Nordestino - PRODESA

<sup>11[4]</sup> Pólo Sul do Maranhão (MA), Pólo Uruçuí/Gurgéia(PI), Pólo Baixo Jaguaribe(CE), Pólo Assu/Mossoró (RN), Pólo Alto Piranhas(PB), Pólo Petrolina(PE), Pólo Juazeiro(BA), Pólo Sul de Sergipe, Pólo Bacia Leiteira de Alagoas(AL), Pólo Oeste Baiano(BA), Pólo Norte de Minas Gerais, Pólo Cariri Cearense (CE), Pólo Noroeste do Espírito Santo (ES). Tais pólos correspondem a um total de 253 mil Km<sup>2</sup> e população de 3,2 milhões de habitantes.

12[5] Em termos de atividades principais, os pólos distribuem-se da seguinte maneira: sete pólos centrados na fruticultura/olericultura irrigadas, quatro em grãos, um em citricultura não irrigada e um outro em pecuária leiteira.

<sup>13</sup>[6] Criada em conjunto com o CEDEPLAR – Centro de Desenvolvimento e Planejamento da UFMG e o IBGE.

<sup>14</sup>[7] São vários os países que se utilizam de matrizes insumo-produto no seu planejamento, como é o caso da Austrália, China, Estados Unidos etc.

---